Agência das Bacias PCJ

Relatório Institucional **da Agência das Bacias PCJ 2023**



Agência das Bacias PCJ

Sobre este relatório

Dando sequência ao exercício de transparência e prestação de contas, esta é a sexta edição do Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ, produzido segundo referências das Normas GRI Standards. Cada capítulo traz os aspectos mais relevantes para direcionar a gestão e a comunicação da Agência das Bacias PCJ, considerando o contexto e os impactos de cada tema material.

Ao longo dos capítulos, indicadores correspondentes a cada conteúdo estão apontados com códigos GRI (exemplo: 2-23) e os textos apresentam links como referência e/ou sugestões para aprofundamento de informações.

O ciclo a que se refere este relatório, publicado anualmente, é do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

(GRI 2-2, 2-3)

O conteúdo

A organização do conteúdo é feita a partir de informações coletadas por meio da análise de materiais, dados e publicações, bem como entrevistas e coleta de depoimentos de *stakeholders*, planilha de acompanhamento interno de projetos e ações desenvolvidas pela Agência das Bacias PCJ.

O processo teve apoio de todas as coordenações e assessorias da entidade para o levantamento de dados e informações relacionados aos indicadores GRI, com validação da Comissão de Acompanhamento GRI PCJ, composta por colaboradores da Agência das Bacias PCJ.

O conteúdo aqui relatado foi aprovado em reunião dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ.

Por que GRI?

A Global Reporting Initiative é uma organização multistakeholder, que orienta empresas e instituições sobre gestão e relato de práticas sustentáveis. As Normas GRI são as mais utilizadas no mundo para relatos de sustentabilidade. Os indicadores GRI estão estruturados em normas econômicas, ambientais, sociais e de governança, permitindo mensurar o desempenho da organização relatora em todas as dimensões da sustentabilidade.

+ SAIBA MAIS

Materialidade

A avaliação da materialidade ajuda as organizações a se prepararem para riscos e oportunidades, além de contribuir para a melhoria da gestão de seus impactos. Ao utilizar os temas materiais para o Relatório de Sustentabilidade, a Agência das Bacias PCJ prioriza o relato dos temas que representam seus impactos mais significativos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

(GRI 2-14, 3-1)

Metodologia

O processo que definiu a materialidade da Agência das Bacias PCJ foi realizado em 2018, com revisões a cada ciclo de relato.

1

IDENTIFICAÇÃO

Análise de fontes secundárias (documentos internos, diretrizes estratégicas, estudos, outros relatórios publicados, avaliações setoriais, entre outras) e entrevistas com os diretores da Agência das Bacias PCJ para levantamento da lista de temas considerados mais relevantes para a instituição.

2

PRIORIZAÇÃO

Priorização dos temas mapeados pela Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional, a partir da análise de cada tema e seus impactos.

3

VALIDAÇÃO

Aprovação da lista de temas materiais pela Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional e Diretoria da Agência das Bacias PCJ, resultando em 12 temas materiais.

4

REAVALIAÇÃO

Após análise de fontes primárias e secundárias considerando os contextos de cenário interno e externo no ano de 2023, não houve necessidade de adaptação nos temas materiais da Agência das Bacias PCJ.

Temas materiais

- Desempenho econômico
- Impactos econômicos indiretos
- Práticas de compras
- Ética e integridade
- Biodiversidade
- Emprego
- Treinamento e educação
- Comunidades locais
- Materiais
- Água
- Políticas públicas
- Efluentes e resíduos

Informações institucionais

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ[1]

Diretor-presidente: Sergio Razera
Diretor Administrativo e Financeiro: Ivens de Oliveira
Diretora Técnica: Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi
Assessor de Comunicação: Everton Campos Quiararia
Coordenador Administrativo: Eduardo Massuh Cury
Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos: Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
Coordenador Financeiro: Tony Douglas Segatto
Coordenadora de Gestão: Kátia Rossi Gotardi Piccin
Coordenador de Projetos: Diogo Bernardo Pedrozo
Coordenador de Sistema de Informações: Eduardo Cuoco Léo
Analista Administrativa: Laïs Maria Spinelli
Analista Técnico: Leonardo Lucas Baumgratz
Auxiliar Técnico: Fabio de Faria Coca

Colaboradores terceirizados

Aline Daiane Briques
Allan Patrick Campos do Carmo
André Ponce Figols
Charles Diego da Costa
Danilo Carlos Ferreira Costa
Douglas Brunelli
Felipe Moraes Rigo
Gean Francisco Costa Barrilli
Juliana Prado Ferreira Gonçalves
Kátia Maria Sampaio Cezarino
Laura Silvestrini Canola
Luclecia Aparecida Martins Soares
Marcelo Augusto Ávila
Mariela Eliza Assine Arrizatto
Mateus Magro Maroun
Raquel Curtolo Quirino
Sueli de Fátima Ferro de Oliveira
Tatianna Cury Abe
Thiago Manzi Nascimento
Aline de Fátima Rocha Meneses Moura
Ana Beatriz Cruzatto Moraes
Bruna Eveline Domingos Petrini
Charles Piedade de Oliveira
Débora de Cassia Silva Lavoura
Felipe Gonzaga Nunes Ferreira
Gabriel Sobreira Gomes da Silva
Jairo Batanero Campos
Kaique Duarte Barretto
Laice Danielle Correia
Lilian Roberta Pereira Cruz
Luiz Cláudio Pires Pereira Júnior
Maria Carolina Moraes Coelho Moura
Marina Peres Barbosa
Nicolle Passaglia Costa
Rebeca Cristine Ferreira da Silva
Stephanie Christie Plats de Almeida
Thamiris Caroline Rodrigues Cardoso
Aline Ortolani Sebuske
Ana Beatriz Sepulveda de Oliveira
Carolina de Oliveira Silva
Daniela Cunha Tornisiello
Diego dos Anjos Soares
Felipe Loschiavo Requena
Gabriela Durrer Lopes Giusti
Jéssica Brito de Souza
Karla Romão
Larissa Lucianetti Oliveira
Lívia Maria Ongaro Modolo
Luiz Paulo Baptista Colassio
Mariane Rodrigues Amuy
Mateus de Oliveira Ismael
Pablo Cordeiro Vaccari
Robson Antunes de Campos
Tainá Lima de Moura
Tiago Valentim Georgette

Estagiários

Bianca Caroline Alves Leite
Nathalia Teles da Silva
Vitor Niels Flores Jensen
Giann Augusto Antunes de Oliveira
Rute Michele Geraldo
Joice de Almeida Chagas
Valentine Luize Lacerda Santos
Vitória de Oliveira Puerta

[1]Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ (mandato 2023/2025)

Paulo Roberto S. Tinel [Presidente]
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE)

Petrus Bartholomeus Weel [Vice-presidente]
Prefeitura Municipal de Holambra

Aline Maria Leite de Moraes
Prefeitura Municipal de Saltinho

André Luiz Sanchez Navarro
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de S. Paulo (SEMIL)

Artur Costa Santos
Prefeitura Municipal de Piracicaba

Caroline Governatori
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)

Eliana Von Atzingen Bueno Morello
Prefeitura Municipal de Campinas

Flávio Makoto Hashimoto
Secretaria do Estado da Fazenda

Francisco Carlos Castro Lahóz
Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – (Consórcio PCJ)

João Primo Baraldi
Sindicato Rural de Rio Claro

Jonas Vitti
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP – DR Limeira)

José Rubens Françoso
Prefeitura Municipal de São Pedro

Laura Stela Naliato Perez
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de S. Paulo

Martim de França Silveira Ribeiro
Prefeitura Municipal de Jundiaí

Miguel Madalena Milinski
Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR)

Paulo Takeyama
Associação dos Engenheiros Arquitetos e Agrônomos de Salto (AEAS)

Raphael Rodrigues Ferreira
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo

Vera Hidalgo
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ (mandato 2023/2025)

Luiz Alberto Buschinelli Carneiro [Presidente]
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo

André Elia Neto
União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA)

Fabiane Cabral da Costa Santiago
Prefeitura Municipal de Atibaia

Francisco Antônio Moschini
Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT)

Henrique Bellinaso
Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP)

Laerson Andia Júnior
Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí COMITÊS PCJ

Composição da Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ - CBH-PCJ e PCJ-FEDERAL Gestão 2023/2025[2] - CBH-PJ1 - gestão 2023/2027[3]

Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
Luciano Santos Tavares de Almeida
Prefeitura Municipal de Piracicaba/SP

Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL (até 19 de dezembro 2023)
Sidney José da Rosa
Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS)

Presidente do CBH-PJ1 (a partir de 20 de dezembro de 2023)
Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

1º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL (a partir de 20 de dezembro de 2023)
Aguardando indicação

Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL
Marco Antônio dos Santos
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE

Vice-Presidente do CBH-PJ1 (até 19 de dezembro 2023)
David Figueiredo Barros do Prado
Melhoramentos Florestal

Vice-Presidente do CBH-PJ1 (a partir de 20 de dezembro 2023)
Reginaldo Aparecido de Godoi
Prefeitura Municipal de Itapeva/MG

3º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL
Rachel Landgraf de Siqueira
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Secretário Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL (até 06 de dezembro de 2023)
André Luiz Sanchez Navarro
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)

Secretário Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL (a partir de 07 de dezembro de 2023)
Denis Herisson da Silva
Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)

Secretária Executiva-Adjunta do CBH-PCJ
Caroline Túbero Bacchin
Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL)

Secretário Executivo do CBH-PJ1 (até 19 de dezembro 2023)
Damião Aparecido do Couto
Prefeitura Municipal de Toledo/MG

Secretário Executivo do CBH-PJ1 (a partir de 20 de dezembro de 2023)
Adilson Ramos de Souza
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA)

Secretário Executivo-Adjunto do CBH-PJ1 (até 19 de dezembro de 2023)
Rodrigo Alves de Oliveira
Prefeitura Municipal de Camanducaia/MG

Secretário Executivo-Adjunto do CBH-PJ1 (a partir de 20 de dezembro 2023)
Maurício Djalles Costa
Conselho Regional de Biologia da 4ª Região (CRBIO-04)

[2] Mandato do CBH-FEDERAL e CBH-PCJ 2023-2025 – Deliberação dos Comitês PCJ nº 434/23, de 30/03/2023.

[3] Mandato do CBH-PJ1 2023-2027 – CBH-PJ1 – Ato Governamental.

Expediente

Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional:

Aline Daiane Briques, Aline de Fátima Rocha Meneses Moura, Diogo Bernardo Pedrozo, Eduardo Cuoco Léo, Felipe Moraes Rigo, Gabriela Durrer Lopes Giusti, Giann Augusto Antunes de Oliveira, Ivens de Oliveira, Kátia Rossi Gotardi Piccin, Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Rute Michele Geraldo, Stephanie Christie Plats de Almeida e Vanessa Cristina Bortolazzo Longato.

Consultoria, redação, edição e projeto gráfico:

BH Press Comunicação • Renata Taffarello, redação • Lílian Ribas, consultoria GRI e edição • Bruno Andrade, projeto gráfico e diagramação.

Imagens:

Acervo Agência das Bacias PCJ e outras fontes públicas.

Contrato Fundação Agência das Bacias PCJ nº 038/2023

Ficha catalográfica

Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ - GRI 2023 / Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. - - Piracicaba, 2023.
v. 6

1. Bacias hidrográficas 2. Recursos hídricos 3. Rio Capivari 4. Rio Jundiaí 5. Rio Piracicaba I. Título

CDD 551.483
F981r

Sumário

2 Sobre este Relatório
4 Informações institucionais
10 Mensagem Agência das Bacias PCJ
11 Mensagem dos Comitês PCJ
12 Quem Somos
13 O que fazemos
14 Onde estamos
15 Sustentabilidade corporativa
17 Gestão e estratégia
20 Governança Corporativa
22 Desempenho econômico
26 Impactos econômicos indiretos
29 Práticas de compras
31 Ética e integridade
33 Materiais
35 Águas, efluentes e resíduos
39 Biodiversidade
43 Emprego, treinamento e educação
46 Comunidades locais
49 Políticas públicas
51 Conteúdo GRI
53 Anexo III - Resolução ANA nº 125/2022

Agência das Bacias PCJ



Sergio Razera
Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ

Mensagem da Agência das Bacias PCJ

Em 2023, quando os Comitês PCJ completaram três décadas de atuação, consolidamos nossa trajetória de grandes avanços nas Bacias PCJ, com a participação de muitos atores na continuidade da preservação dos recursos hídricos.

Todos os programas e iniciativas da Agência das Bacias PCJ são voltados a prover um sistema de informações que dê condições para o processo decisório. Afinal de contas, a disponibilidade de dados confiáveis para embasar definições sobre o território é de fundamental importância nas questões relacionadas às mudanças climáticas, assunto que, a cada dia, ganha escala de urgência. Vivemos tempos de eventos climáticos extremos – um período de seca, como o de 2014, pode voltar a ocorrer, ao mesmo tempo em que há preocupações com a possibilidade de fortes enchentes.

Atentos a este cenário, concluímos a primeira fase do projeto M.A.R.U (Monitoramento de Águas Residuais Urbanas), em parceria com a agência francesa de águas Loire-Bretagne, com o Escritório Internacional de Águas e a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP). O trabalho levou tecnologia para o monitoramento de águas aonde ainda não havia, como em pequenos rios. Isso imprime mais acuracidade aos dados, ao mesmo tempo em que apresenta informações ainda mais transparentes e compreensíveis para toda a sociedade. Imagens por satélite ou in loco, via sonda, também reduzem os custos do monitoramento, considerando a abrangência das Bacias PCJ.

Além disso, avançamos na elaboração de dois estudos de suma importância: os planos de macrodrenagem da Bacia do Rio Jundiaí e da Bacia do Rio Capivari, este último, em fase de finalização. A partir desses planos, os municípios poderão tomar recursos para a elaboração de estudos em escala municipal, para o detalhamento das ações a serem realizadas, como obras de contenções, diques e barragens, por exemplo, no caso de enchentes.

Foi um ano de muitos desafios, mas também de muitas conquistas. E, com certeza, não teríamos conseguido avançar tanto se não fosse o engajamento e dedicação do nosso time, que ganhou mais musculatura em 2023 – com novas contratações, especialmente nas coordenações de Gestão e Sistemas de Informações. O desafio, agora, é acelerar o projeto da nova sede para que possamos acomodá-los e proporcionar a esse time ainda mais qualidade no ambiente de trabalho.

Muita coisa melhorou ao longo desses 30 anos, mas ainda há muito por se fazer. Precisamos melhorar o uso da água e verificar como reservar mais no período chuvoso, para poder usar nos momentos de seca. Então, temos muita história ainda para construir e muita coisa para fazer. De todo modo, participar dessas três décadas dos Comitês PCJ foi, pessoalmente, muito prazeroso. Tivemos dificuldades, mas também muito estudo e debate. Aos poucos, criamos o que eu chamo de "jeito PCJ" de fazer a gestão de recursos.

(GRI 2-22)

Agência das Bacias PCJ



Luciano Santos Tavares de Almeida
Prefeito do Município de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ (Paulista) e do PCJ FEDERAL (Federal)

Mensagem dos Comitês PCJ

Considero 2023 um dos anos mais pródigos dos Comitês PCJ e de seu braço executivo, a Agência das Bacias PCJ. Tivemos um volume de recursos considerável que está sendo gerenciado, de processos que vinham do passado, e agora consolidados. Nosso principal desafio para 2024 será alocar esses recursos, para grandes parcerias e importantes projetos que fornecerão apoio aos municípios e às instituições.

Muito já foi feito nesses 30 anos dos Comitês PCJ e agora é hora de arregaçar as mangas porque muito virá pela frente. Vejo que isso é possível pois, com a equipe coesa e empenhada que temos, como somos uma grande instituição, que hoje gerencia e administra os recursos hídricos das Bacias PCJ de forma planejada e eficiente.

A parceria entre a Agência das Bacias PCJ e a agência francesa Loire-Bretagne por meio do projeto M.A.R.U (Monitoramento de Águas Residuais Urbanas) é um exemplo disso. O intercâmbio internacional é um trabalho inovador no monitoramento da qualidade da água nas Bacias PCJ, por meio de imagens de satélite.

Destaco também outro trabalho desenvolvido em 2023: o plano contra as enchentes na Bacia do Rio Capivari. Trata-se de um projeto relevante e temos de fazer com que esses estudos sejam, de fato, implementados. Penso que o desafio maior é esse, sair da retórica e do papel e tentar entrar em ações práticas. Há muitas iniciativas que já estão sendo tomadas em virtude de, cada vez mais, termos esses eventos climáticos com maior incidência e danos. A partir disso, temos que ser mais rápidos na execução das ações de prevenção para que não tenhamos os efeitos recorrentes em vários municípios.

É importante estabelecer que este projeto não pare no Capivari, pois existe toda uma bacia que também sofre com problemas semelhantes e que precisam rapidamente de projetos e planos de macrodrenagem. Mais do que evitar inundações, é preciso manter o conceito de qualidade e recuperação de mananciais. Em Piracicaba temos pensado no futuro e feito a lição, trabalhando em uma barragem nesta importante bacia, que auxiliará no abastecimento futuro das cidades da região.

O papel dos municípios para a boa gestão das águas é fundamental, pois é lá que as pessoas vivem e, consequentemente, identificam suas necessidades. Desta forma, a questão da governança no setor público é essencial para o avanço dos projetos. Como municípios, é necessário que construamos um Plano de Saneamento que siga a mesma lógica do Plano de Bacias Hidrográficas.

A atuação dos Comitês PCJ nestes 30 anos tem sido fundamental para identificar novos sistemas de preservação que possam garantir a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico das nossas cidades. Particularmente, sinto-me privilegiado em presidir os Comitês Federal e Paulista do PCJ na celebração dos seus 30 anos. Temos um longo caminho a percorrer, com certeza. São muitas as frentes de trabalho que envolvem a gestão dos recursos hídricos em direção ao desenvolvimento sustentável, uma união de esforços em prol da água, esse recurso natural que precisa do nosso cuidado e preservação. Continuaremos unidos, municípios, Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ, neste objetivo comum.

Agência das Bacias PCJ

Quem somos

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ) é o braço executivo dos Comitês PCJ. É responsável pelo desenvolvimento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos na região das Bacias PCJ e pelo gerenciamento dos recursos financeiros arrecadados tanto com a cobrança pelo uso das águas nos rios de domínio da União, quanto nos rios de domínio do estado de São Paulo, bem como dos recursos da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia (CFURH), os *royalties* pagos pelo setor hidrelétrico.

Os recursos arrecadados oriundos das Cobranças PCJ e da CFURH são investidos de acordo com as ações pautadas e priorizadas no Plano das Bacias PCJ em vigência e de acordo com as deliberações dos Comitês PCJ.

(GRI 2-1, 2-6)

+ SAIBA MAIS

Criada e instalada segundo as **Leis Estaduais** (SP) nº 7.663/91 e nº 10.020/98.

Exerce o papel de **Entidade Delegatária** com funções de Agência de Água, conforme Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA (2021 a 2025).

COMITÊS PCJ

30 anos do Comitê PCJ Paulista (CBH-PCJ)



Painel realizado no Seminário Internacional Comitês PCJ 30 anos com convidados que fizeram história nos Comitês. A partir da esquerda: Francisco Lahóz, Domênico Tremaroli, Rui Brasil e Astor Andrade. Fonte: Acervo da Agência das Bacias PCJ

Em novembro de 2023, o colegiado paulista (CBH-PCJ) celebrou 30 anos, o Comitê PCJ FEDERAL completou 20 anos de instalação e o CBH-PJ1, colegiado mineiro das Bacias PCJ, completou 15 anos promovendo uma gestão descentralizada e participativa nas Bacias PCJ. Entre outros pontos relevantes que marcam a história dos colegiados, que atuam de forma deliberativa e consultiva, está a forte participação da comunidade por meio de suas 12 câmaras técnicas, hoje formadas por mais de 900 representantes de entidades em diversas áreas, além de contar com a Agência das Bacias PCJ, como seu braço executivo.

Os Comitês PCJ são compostos por representantes do poder público (federal, estadual e municipal), dos usuários de recursos hídricos e da sociedade civil.

A instância de tomada de decisões dos Comitês PCJ são os Plenários, que se reúnem de duas a três vezes ao ano para deliberar assuntos relacionados ao gerenciamento dos recursos hídricos.

+ SAIBA MAIS

Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

- CBH-PCJ – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Comitê Estadual Paulista);
- CBH-PJ1 – Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (Comitê Estadual Mineiro);
- PCJ FEDERAL – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Comitê Federal).

+ SAIBA MAIS

Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ

- CT-AS: Águas Subterrâneas
- CT-EA: Educação Ambiental
- CT-ID: Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias
- CT-Indústria: Uso e Conservação da Água na Indústria
- CT-MH: Monitoramento Hidrológico
- CT-OL: Outorgas e Licenças
- CT-PB: Plano de Bacias
- CT-PL: Planejamento
- CT-RN: Conservação e Proteção de Recursos Naturais
- CT-Rural: Uso e Conservação da Água no Meio Rural
- CT-SA: Saneamento
- CT-SAM: Saúde Ambiental

O que fazemos

Fornecemos apoio financeiro e administrativo aos planos, programas, serviços e obras deliberados pelos Comitês PCJ e constantes do Plano das Bacias PCJ;

Promovemos a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, de acordo com programa aprovado pelos Comitês PCJ;

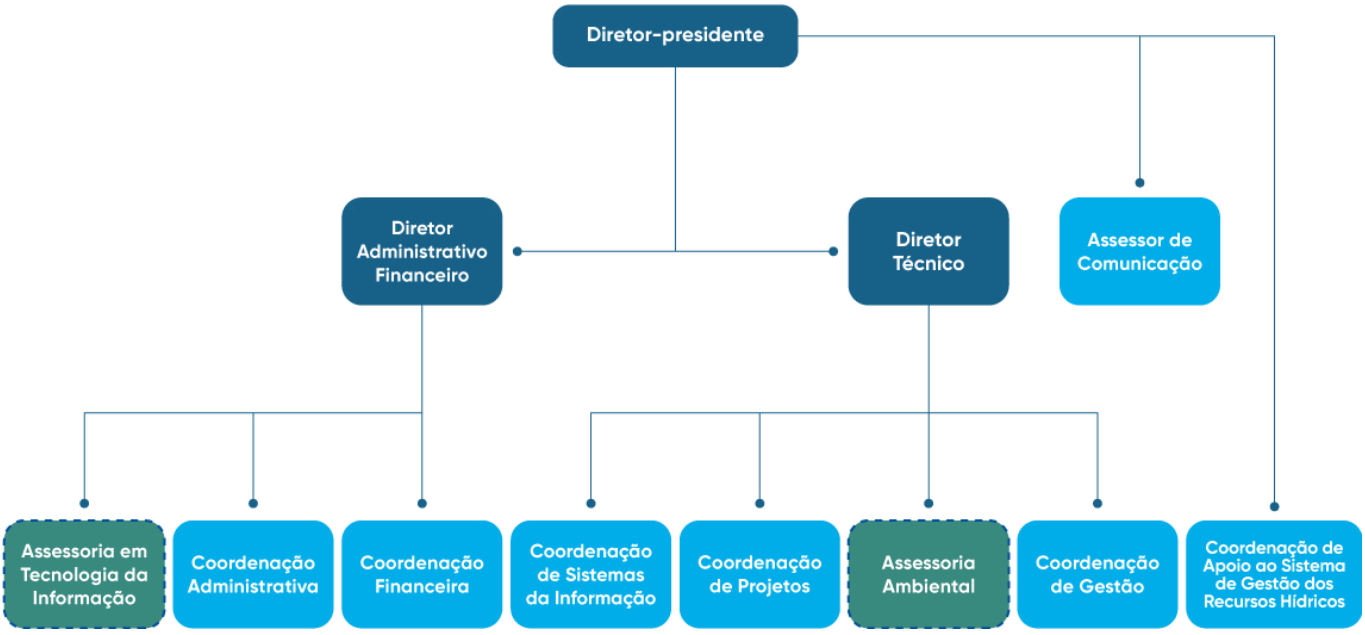
Apoiamos e incentivar a educação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional dos recursos hídricos;

Incentivamos, na área de sua atuação, a articulação dos participantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com os demais sistemas setoriais, com os municípios, com o setor produtivo e com a sociedade civil;

Praticamos, no campo dos recursos hídricos, ações que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

Exercemos as funções de Entidade Delegatária das funções de Agência de Água, conforme primeiro termo aditivo do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA.

Nossa estrutura



Fonte: Agência das Bacias PCJ (2018)

Nota: as áreas pontilhadas – Assessoria em Tecnologia da Informação e Assessoria Ambiental – foram estruturadas para atender às crescentes demandas da Agência das Bacias PCJ e devem ser incorporadas ao organograma da entidade, assim que aprovadas junto aos órgãos competentes.

Onde estamos

Bacias PCJ

As Bacias PCJ se dividem em sete sub-bacias: Sub-bacia do Rio Atibaia, Sub-bacia do Rio Camanducaia, Sub-bacia do Rio Corumbataí, Sub-bacia do Rio Jaguari, Sub-bacia do Rio Piracicaba, Sub-bacia do Rio Jundiaí, e Sub-bacia do Rio Capivari. A Sub-bacia do Rio Piracicaba é a maior da região, representando 82% da área de drenagem total e cerca de 66% da população residente nas Bacias PCJ.

(GRI 2-1)



5,9 milhões de habitantes residem nas Bacias PCJ, representando **17%** do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo*.

**Fonte: Plano das Bacias PCJ 2020-2035.*

76 municípios no total, sendo 71 no Estado de São Paulo e 5 em Minas Gerais.

+ SAIBA MAIS



Fonte: Extraído de Consórcio Profill-Rhama (2020)

Sustentabilidade corporativa

O gerenciamento transparente, com olhar para os aspectos ambientais, sociais e econômicos, é fundamental para o trabalho desenvolvido pela Agência das Bacias PCJ ao considerar a importância do território das Bacias PCJ. Assim, os processos técnicos e administrativos na entidade são orientados pela sustentabilidade. Desde a adesão ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), as ações implantadas de acordo com um Plano de Gestão Socioambiental (PGS) têm contribuído para a evolução da sustentabilidade corporativa na entidade.

Desde 2018 a Agência das Bacias PCJ também é signatária do Pacto Global, procurando alinhar o desenvolvimento de suas atividades com os princípios da iniciativa pública e com os indicadores e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Também segue as recomendações e resoluções da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que preveem diligência e precaução, além de se orientar por princípios éticos e valores expressos no Código de Ética da Agência das Bacias PCJ.

(GRI 2-23, 2-24)

Contribuição do colaborador

"Minha contribuição é realizar contratações que visem suprir a demanda interna e a manutenção da agência, gerando um ambiente de trabalho apto para os colaboradores realizarem suas funções na gestão de recursos hídricos."

Rute Geraldo, Estagiária na Coordenação Administrativa da Agência das Bacias PCJ e representante da Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional.

+ SAIBA MAIS

ODS na Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ promoveu a revisão das metas dos ODS que haviam sido mapeados em 2018. O projeto "Desvendando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agência das Bacias PCJ", desenvolvido por meio do programa de estágio da colaboradora Larissa Lucianetti Oliveira (atualmente, Analista Técnica Ambiental – Sirius Consulting a serviço da Agência das Bacias PCJ), objetivou analisar a contribuição corporativa da Agência das Bacias PCJ frente a Agenda 2030.

Com a aplicação da metodologia proposta pelo guia Sustainable Development Goals Compass (SDG Compass), que orienta empresas sobre como elas podem alinhar as suas estratégias, mensurar e administrar sua contribuição para o atingimento dos ODS, o projeto contou com a participação de todos os colaboradores em pesquisas, além da dedicação do Grupo de Trabalho ODS (GT-ODS). Como resultados, além da promoção do conhecimento e engajamento sobre o tema aos colaboradores por meio de ações de comunicação interna, foram elencados quatro ODSs priorizados pela Agência das Bacias PCJ. Caberá a Agência das Bacias PCJ realizar anualmente a evolução das ações implementadas, pela entidade, em atendimento as metas priorizadas.



*ODS priorizados para atuação da Agência das Bacias PCJ

+ SAIBA MAIS

Plano de Gestão Socioambiental A3P PCJ

Dividido em seis eixos temáticos, o Plano de Gestão Socioambiental (PGS) da A3P PCJ orienta os processos e a gestão da sustentabilidade corporativa da Agência das Bacias PCJ. As iniciativas são coordenadas por uma Comissão de Acompanhamento e executadas por um Comitê Operacional, com diretrizes para a efetivação do programa, estabelecimento de metas e indicadores e cumprimento das ações.

A prestação de contas sobre o andamento do PGS é feita de forma pública e transparente por meio de relatório de monitoramento, disponível no site da Agência das Bacias PCJ. O relatório de monitoramento é base para o preenchimento do sistema RESSOA. Trata-se de um sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental, disponibilizado pelo MMA aos signatários do Programa A3P.

(GRI 2-24, 2-25)



SAIBA MAIS

Evolução dos resultados

7% de redução do consumo per capita de energia elétrica na sede da Agência das Bacias PCJ.

98% dos equipamentos eletrônicos adquiridos possuem selo de alta eficiência energética.

60% menos quilômetros rodados com veículos da entidade para deslocamentos dos colaboradores.

2 mil unidades de copos biodegradáveis adquiridos em 2023 contribuíram para a redução do uso de copos plásticos.

13% de aumento na quantidade de licitações sustentáveis em relação ao total de processos de compra.

Gestão e estratégia

O processo de seleção de empreendimentos a serem executados por Prefeituras Municipais e Concessionárias de Saneamento, dentre outros atores, é operacionalizado pela Agência das Bacias PCJ. Os empreendimentos são executados com recursos advindos da Cobranças PCJ FEDERAL e FEHIDRO, que envolve a Cobrança PCJ Paulista e CFURH.

A Agência das Bacias PCJ é responsável por todo o processo, desde a inscrição até a indicação dos tomadores que receberão os recursos disponibilizados em cada exercício, além do acompanhamento do andamento do projeto até o seu encerramento. Cabe à entidade, também, a execução de ações, estudos, projetos e obras por meio de contratação direta.

As ações executadas fazem parte das estratégias estabelecidas pelos Comitês PCJ para o alcance das metas do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035.

Ferramentas de gestão

Plano de Recursos Hídricos (Plano das Bacias PCJ)

Consolida as informações sobre a situação das Bacias PCJ, estudos de tendências e possibilidades para o futuro dos recursos hídricos da região, simulações de cenários futuros de qualidade e quantidade de recursos hídricos e plano de ações com metas a serem alcançadas até 2035, visando à sustentabilidade hídrica das Bacias PCJ.

Dimensão estratégica

- Prioridades e metas gerais;
- Investimentos necessários no longo prazo.

Plano de Aplicação Plurianual (PAP)

Integra programas e subprogramas, deliberados pelos Comitês PCJ, com foco no alcance das metas (físicas e financeiras) do Plano de Recursos Hídricos, além da estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada um dos respectivos programas.

Dimensão tática

- Prioridades e metas no médio prazo;
- Orçamento provisionado.

Plano de Execução Orçamentária Anual (POA)

Prevê o planejamento de cada ação do PAP no exercício.

Dimensão operacional

- Orçamento;
- Prioridades e metas no curto prazo;
- Orçamento autorizado.

Plano Anual de Contratações (PAC)

Apresenta o balizamento de quais ações terão de ser contratadas a cada ano.

Dimensão operacional

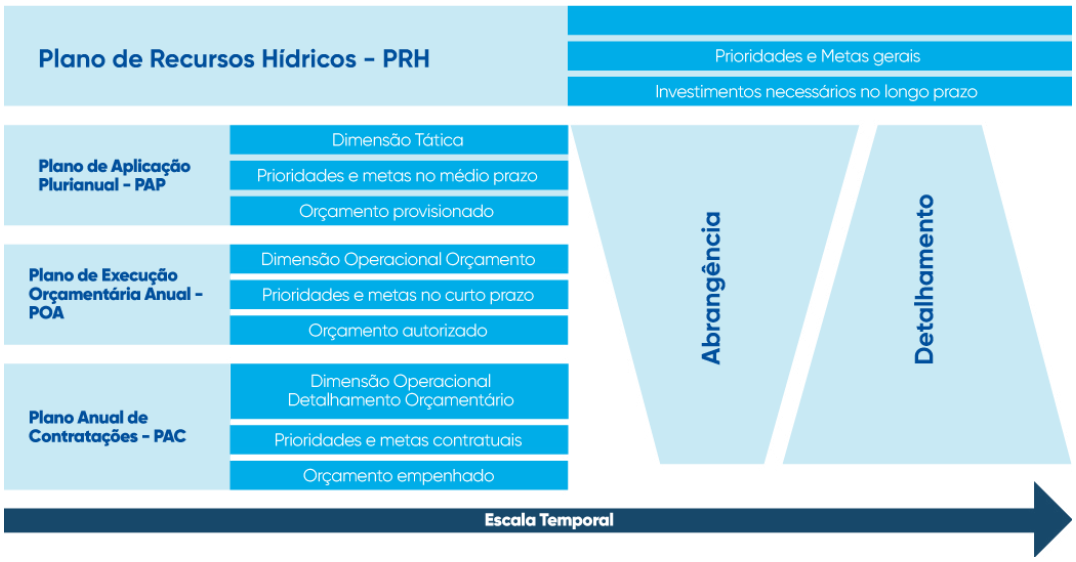
- Detalhamento orçamentário;
- Prioridades e metas contratuais;
- Orçamento empenhado.

Plano de Ação e Programa de Investimento (PA/PI)

Instrumento exigido em âmbito estadual, é feito de acordo com as prioridades estabelecidas no Plano das Bacias PCJ, por cada CBH. Com horizonte de quatro anos (sendo o vigente de 2024-2027), embora não haja um instrumento separado como o POA, seu plano orçamentário pode ser atualizado anualmente.

Dimensão executiva

- Prioridades e metas no curto prazo;
- Metas, ações, cronogramas de investimentos, valor disponibilizado para a execução dos projetos.



Compromissos nas atividades e relações de negócios

A Agência das Bacias PCJ incorpora seus compromissos para uma conduta empresarial responsável em todas as suas atividades e relações de negócios. Esses compromissos são integrados às estratégias organizacionais, políticas e procedimentos operacionais seguindo as políticas públicas estaduais e federal, em consonância com as deliberações e instruções de Conselhos Estaduais e Federal de Recursos Hídricos, de órgãos gestores como a ANA e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) do Estado de São Paulo, além das deliberações dos Comitês PCJ.

Para delegar responsabilidades para a implementação dos compromissos nos diferentes níveis dentro da entidade, a Agência das Bacias PCJ realizou o mapeamento de processos, que se tornaram procedimentos operacionais padronizados e documentos utilizados para a realização das atividades em todas as áreas. Assim esses compromissos são implementados por meio dos processos operacionais, a exemplo das licitações para contratação de serviços e produtos.

Capacitações internas e fóruns por meio de grupos, comitês e comissões estruturadas internamente têm o objetivo de verificar a necessidade de atualização de documentos e processos operacionais, os quais são comunicados a todos quando pertinente.

(GRI 2-24)

"A Agência das Bacias PCJ e a Agência de Água da Bacia Loire-Bretagne têm competências semelhantes em termos de apoio da governança dos Comitês, de planificação em nível de bacia e de financiamento. Desde o início da nossa cooperação tripartida, que envolve também a AGEVAP no quadro do Projeto Interagências, a partilha de experiências permitiu conhecer as ferramentas respectivas de gerenciamento, enriquecer as metodologias e melhorar as ações das agências para o benefício dos usuários das bacias em cada país."



Hervé Gilliard
Gerente de projetos de relações internacionais e de planejamento da Agência de Água Loire-Bretagne, da França.

Planejamento estratégico da Agência das Bacias PCJ

Em 2023, o Planejamento Estratégico da Agência das Bacias PCJ teve 100% de suas ações executadas. Em 2024, prevê apresentar a prestação de contas e perspectivas futuras ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ.

+ SAIBA MAIS

3 frentes de atuação: pessoas e infraestrutura, processos internos e resultados.

34 objetivos estratégicos.

71 ações.

Desafios para 2024

Para 2024, um dos principais desafios para a Agência das Bacias PCJ será a adequação à nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), que traz mudanças expressivas na disciplina das ações preparatórias, com maior enfoque na fase interna da licitação e da implementação da governança nos procedimentos que antecedem a fase externa. Um exemplo é a exigência de estudo técnico preliminar para justificar a opção de escolha final.

Governança corporativa

Em 2023, a Agência das Bacias PCJ evoluiu com a implantação de um sistema de gerenciamento de riscos para os processos de contratação das ações previstas e priorizadas segundo Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035. O piloto do sistema de gerenciamento de risco foi implementado em três projetos da área técnica, contemplando o mapeamento dos riscos em relação à execução dos contratos. Os critérios utilizados para a escolha dos projetos foram a complexidade em relação à temática e o maior volume de desembolso.

A iniciativa, além de atender a uma exigência da certificação ISO 9001:2015, é fundamental para o atendimento integral à nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133 /2021).

Transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa são **princípios básicos** de Governança Corporativa adotados pela Agência das Bacias PCJ.

Para alguns processos internos, são aplicadas as **boas práticas** do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Contribuição do colaborador

"Nossa contribuição é fornecer suporte tecnológico aos colaboradores, buscando otimizar o ambiente institucional, além da responsabilidade pela gestão e manutenção do site da Agência das Bacias PCJ."

Giann Oliveira, Estagiário – Assessoria de TI – Agência das Bacias PCJ e representante da Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional.

Prestação de contas

O mais alto grau de governança da Agência das Bacias PCJ são os Conselhos Deliberativo e Fiscal, que avaliam e aprovam os relatórios de atividades da entidade, bem como das prestações de contas anuais. Ao todo, são oito as diferentes instâncias para as quais a Agência das Bacias PCJ presta contas, com periodicidades que variam de acordo com as regras de cada uma:

- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA),
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP),
- Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP),
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO),
- Comitês PCJ,
- Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ,
- Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ,
- Auditoria Independente (contratada por meio de processo licitatório).

(GRI 2-12)

A Agência das Bacias PCJ disponibiliza informações proativamente, por meio do Sistema Integrado de Informações ao Cidadão do Estado de São Paulo (SIC.SP).

Estrutura de Governança e tomada de decisões

Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal formam a estrutura de governança da Agência das Bacias PCJ. As normas de organização, funcionamento dos órgãos e as atribuições dos dirigentes estão detalhadas no Estatuto da Agência das Bacias PCJ. Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal são indicados pelas respectivas entidades eleitas, exercendo seus mandatos de forma voluntária, pelo período de dois anos.

A entidade executa ações segundo as deliberações dos Comitês PCJ e de acordo com o Plano das Bacias PCJ em vigência. A tomada de decisões envolve Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho da Agência das Bacias PCJ, formados por colaboradores, com validação das Diretorias da instituição.

(GRI 2-9, 2-10)

+ SAIBA MAIS

Formação e atribuição dos órgãos

A eleição dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ é realizada a cada dois anos, bem como as indicações para os cargos de Diretoria. Em 2023, foram realizadas eleições e indicações para a Diretoria para o biênio 2024-2025.

(GRI 2-9)

Conselho Deliberativo

Formação

18 membros, distribuídos nas seguintes categorias:
- 5 permanentes, indicados pelo Governo do Estado de São Paulo, representando 5 secretarias de estado;
- 1 indicado pelo Governo do Estado de São Paulo, entre os usuários de recursos hídricos;
- 12 eletivos, indicados pelos Comitês PCJ, seus integrantes ou não, dentre representantes dos seguintes segmentos:
  - 6 representantes dos municípios das Bacias PCJ, eleitos por seus pares no segmento;
  - 6 representantes da sociedade.

Atribuições

- Aprova os planos de trabalho e a proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- Aprova o Plano Estratégico e os respectivos planos plurianuais de investimentos, observadas as deliberações dos Comitês PCJ;
- Define a orientação geral das atividades da Agência das Bacias PCJ, observadas as deliberações dos Comitês PCJ.

Diretoria

Formação

Um Diretor-presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor Técnico

Atribuições

- Acompanha a execução do orçamento;
- Delibera sobre a guarda, aplicação e movimentação dos bens da instituição;
- Opina sobre políticas gerais de investimento, receita patrimonial e liquidez, que devam ser submetidas ao Conselho Fiscal;
- Submete à aprovação do Conselho Deliberativo: o plano de classificação de cargos e salários e o respectivo sistema de carreira; o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos e de Desenvolvimento Organizacional (anualmente); os orçamentos e planos plurianuais de investimentos que integrarão o plano estratégico; e o plano de trabalho (anualmente) para o exercício seguinte e a correspondente proposta orçamentária.

Conselho Fiscal

Formação

3 membros e respectivos suplentes, respeitada a paridade entre o Estado, os municípios e a sociedade civil

Atribuições

Acompanha os atos da administração da instituição e verifica o cumprimento das normas legais, nos termos previstos no Estatuto.

A3P | PACTO GLOBAL | ODS

Clique nos títulos A3P, Pacto Global e ODS para saber mais sobre cada iniciativa.

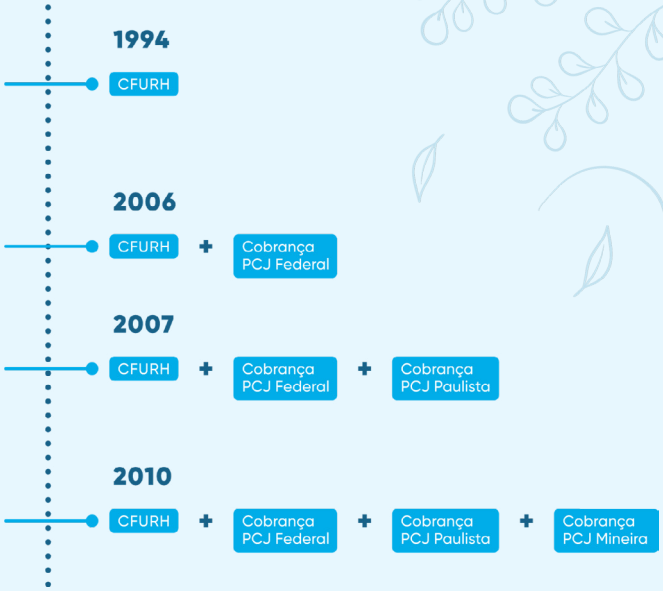
Desempenho Econômico

O real valor da água

A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos é um dos instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/97) e tem como objetivo dar ao usuário uma indicação do real valor da água, incentivar o uso racional deste recurso e obter aporte financeiro para recuperação das bacias hidrográficas. Não se trata de um imposto, e sim, da remuneração pelo uso de um bem público, cujo preço é fixado a partir da participação dos usuários da água, da sociedade civil e do poder público no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

A CFURH foi instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989, e corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O ano de 1994 marcou o início da disponibilização de seus recursos financeiros.

(GRI 3-3)



Cálculo da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ

O valor da cobrança é estabelecido a partir de um cálculo que considera os volumes de água captados (água superficial e subterrânea), os volumes de água consumidos, a transposição de bacias e a carga orgânica (DBO, sigla para Demanda Bioquímica de Oxigênio) lançada nos corpos d'água.

+ SAIBA MAIS

Contribuição do colaborador

"Trabalhar para a regularidade da arrecadação dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos é promover e contribuir para a continuidade da aplicação dos recursos em planos, projetos e obras visando a evolução da gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ."

Aline Briques, Analista Financeira da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), a serviço da Agência das Bacias PCJ e representante da Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional.

Aplicação de recursos financeiros



As iniciativas contratadas devem estar em consonância com o Plano das Bacias PCJ e atender a todos os pré-requisitos legais estabelecidos anualmente pelos Comitês PCJ.

Desempenho econômico em 2023

Destaca-se que, no exercício de 2023, a Agência das Bacias PCJ adicionou economicamente aproximadamente R$ 3,8 milhões em âmbito local, principalmente para a remuneração de seus empregados, o que correspondeu a R$ 2,1 milhões no período, considerando salários, encargos e benefícios. Assim, a Agência das Bacias PCJ contribuiu para a geração de emprego e renda na sua área de atuação. Também adicionou-se mais de R$ 400 mil em impostos, taxas e contribuições, cujo valor também retornará para a sociedade no fornecimento de bens e prestação de serviços por parte dos governos local, estadual e federal.

Demonstração de valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA – é um demonstrativo contábil utilizado para apresentar as informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Apuração do valor adicionado	2023
Receita	**26.998.662,09**
Receitas das atividades (Federal)	24.561.128,28
Receitas das atividades EDDigital (Federal)	24.769,96
Receitas das atividades (Estadual)	2.154.959,04
Receitas das atividades (Secret. Exec. Comitês)	81.611,69
Receitas das atividades (EcoCuencas)	176.193,12
Outras Receitas	0,00
Recursos públicos contabilizados como Receitas	0,00
Insumos adquiridos de terceiros	**-23.832.640,31**
(-) Serviços de terceiros (Federal)	-130.529,17
(-) Serviços de terceiros (Estadual)	-211.946,49

Valor total do reconhecimento de receita, abrangendo todas as fontes de recurso da Agência PCJ.

Valor total relativo a aquisições de materiais, energia, serviços, projetos, etc. que foram reconhecidos como despesa do período.

(-) Materiais, energia e outros (Estadual)	-76.679,63
(-) Outros custos e despesas operacionais (Federal)	-22.792.873,50
(-) Outros custos e despesas operacionais EDDigital (Federal)	0,00
(-) Outros custos e despesas operacionais (Estadual)	-356.988,99
(-) Outros custos e despesas operacionais (Secrt. Exec. Comitês)	-77.279,94
(-) Outros custos e despesas operacionais (EcoCuencas)	-176.083,12
Valor Adicionado Bruto	**3.166.021,78**
(-) Depreciações, amortização e exaustão (Federal)	-33.393,46
(-) Depreciações, amortização e exaustão EDDigital (Federal)	-24.769,96
Valor Adicionado Líquido produzido pela Instituição	**3.107.858,36**
Receitas Financeiras (Estadual)	780.172,95
Doações recebidas	0,00
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	0,00
Outras	0,00
Total do Valor Adicionado	**3.888.031,31**
Destinação do valor adicionado	
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Federal	1.259.411,67
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Estadual	905.971,40
Participação dos empregados	0,00
Impostos, Taxas e contribuições (Federal)	237.861,98
Impostos, Taxas e contribuições (Estadual)	210.051,84
Impostos, Taxas e contribuições (Secret. Exec. Comitês)	310,75
Impostos, Taxas e contribuições (EcoCuencas)	0,00
Capital de terceiros	
Despesas financeiras (Estadual)	44.869,66
Despesas financeiras (Secret. Exec. Comitês)	4.021,00
Despesas financeiras (EcoCuencas)	110,00
Aluguéis/Condomínios pagos (Federal)	96.799,03
Aluguéis/Condomínios pagos (Estadual)	218.885,17
Superávit ou Déficit do exercício (Estadual)	909.738,81
Total do Valor Destinado	**3.888.031,31**

Total da riqueza operacional - atividades principais da entidade - gerada no período antes da contabilização da depreciação de bens da entidade e as receitas não operacionais.

Total da riqueza gerada no período antes da contabilização da riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade (rendimentos, doações, etc).

Total da riqueza líquida gerada no exercício.

Detalhamento referente a distribuição da riqueza criada pela entidade

"Tendo como referência a tecnologia, a transparência, a inovação e o planejamento, pilares relevantes da gestão financeira, a Agência das Bacias PCJ vem em permanência evoluindo e incorporando boas práticas financeiras aos seus processos e ao ciclo PDCA (planejar, fazer, checar e agir/ajustar), os quais certamente, vêm propiciando impactos positivos sobre a agregação de valor no território das Bacias PCJ, via o retorno dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na forma de projetos e obras que visam à melhoria quali-quantitativa das águas em diversas áreas diretamente relacionadas com a sustentabilidade hídrica de seus usos múltiplos."



Rodrigo Flecha
Engenheiro, especialista em recursos hídricos e saneamento básico

Desafios para 2024

Em 2023, a Agência das Bacias PCJ deu início à seleção dos projetos relacionados a obras e serviços de engenharia que a entidade voltou a financiar com os recursos arrecadados das Cobranças PCJ, por deliberação dos Comitês PCJ. Até então, esse tipo de serviço, segundo o Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, deveria ser contratado apenas de forma reembolsável ou com recurso extra. Contratações dessa natureza demandam um volume maior de recursos de investimentos, cujos desembolsos serão feitos em 2024.

Para este ano de 2024 está prevista a finalização do estudo visando ao aperfeiçoamento do instrumento de cobrança, mediante a revisão dos mecanismos e valores da Cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio Estadual Paulista e da União nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, iniciado em 2022, o qual será submetido à aprovação dos Comitês PCJ, sendo posteriormente encaminhado para apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Mudanças climáticas

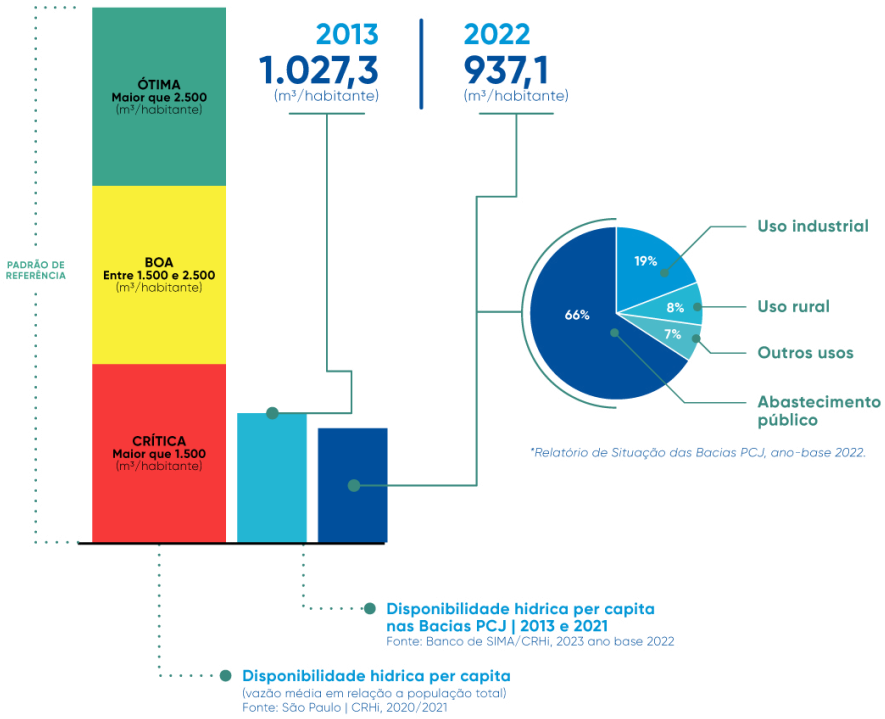
Ainda que não sejam realizadas análises de riscos financeiros relacionadas às mudanças climáticas, o tema é fator crítico para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ.

A Agência das Bacias PCJ presta apoio constante aos Comitês PCJ no enfrentamento de questões associadas ao clima. O suporte de ferramentas de previsão hidrometeorológica para a Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ (CT-MH) e as discussões no âmbito do Grupo Técnico-Estiagem são exemplos nesse sentido.

(GRI 201-2)

Disponibilidade Hídrica

anual per capita nas Bacias PCJ (UGRHI-05)



Referente à UGRHI-05

A3P | PACTO GLOBAL | ODS

Clique nos títulos A3P, Pacto Global e ODS para saber mais sobre cada iniciativa.

Impactos Econômicos Indiretos

Geração de valor nas Bacias PCJ

Ao gerenciar os recursos financeiros das cobranças pelo uso dos recursos hídricos, a Agência das Bacias PCJ assume importante papel na dinâmica socioeconômica da região, já que o montante arrecadado é direcionado para a implementação de ações, previstas e priorizadas de acordo com o Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 e conforme o deliberado pelos Comitês PCJ, nas Bacias PCJ.

Com os investimentos dos recursos financeiros provenientes das Cobranças PCJ, verificou-se, nas Bacias PCJ, uma melhora significativa nos patamares do tratamento de esgoto, proteção e recuperação de mananciais, impulsionando direta e indiretamente a melhoria nas condições de saúde, o desenvolvimento tecnológico na busca de melhores alternativas, o aumento nos postos de trabalho, a integração e articulação institucional e a conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

(GRI 3-3)

Contribuição do colaborador

"Nosso papel é apoiar a gestão dos recursos hídricos das Bacias PCJ, auxiliando na aplicação dos recursos financeiros nas ações conforme o Plano das Bacias PCJ, analisando e acompanhando a execução das ações."

Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Agência das Bacias PCJ e representante da Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional.

As ações previstas e priorizadas

As indicações de parte das ações previstas e priorizadas que serão financiadas com recursos financeiros das Cobranças PCJ (Paulista e Federal) e da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos pelo setor hidroelétrico – *royalties* – (CFURH) ocorrem após a realização de processo de seleção de tomadores para recebimento dos recursos financeiros, previstos em editais. Nesse processo os empreeendimentos são avaliados pela Agência das Bacias PCJ, pelas câmaras técnicas dos Comitês PCJ e pelos órgãos licenciador (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB) e outorgante (Departamento de Água e Energia Elétrica de São Paulo – DAEE), que solicitam complementações até a sua adequação técnica, visando a celebração de contrato de financiamento. Os financiamentos podem ser tanto na modalidade não reembolsável, também denominada fundo perdido, quanto reembolsável/oneroso.

Ações

- Tratamento de esgoto;
- Controle de perdas hídricas;
- Proteção dos corpos d'água;
- Proteção aos Mananciais;
- Educação Ambiental;
- Comunicação Social.

Geração de valor para os municípios

- Melhoria das condições de saúde;
- Desenvolvimento tecnológico pela busca de melhores alternativas;
- Aumento dos postos de trabalho;
- Integração e articulação institucional;
- Conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

"Graças aos recursos financeiros provenientes da Cobrança pelo Uso da Água, o município de Louveira/SP obteve avanços significativos no combate às perdas de água em seu sistema de distribuição. A modernização da infraestrutura, a implementação de tecnologias avançadas de monitoramento e a manutenção preventiva foram possíveis com auxílio desses recursos. As iniciativas resultaram em uma gestão mais eficaz dos recursos hídricos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e garantindo o abastecimento sustentável."



Mateus Arantes
Secretário de água e esgoto do município de Louveira/SP

Investimentos

Recursos financeiros investidos nas Bacias PCJ desde 1994

Fonte de recursos	Programa	Número de empreendimentos	Valor pleiteado (em R$)	Valor de contrapartida (em R$)	Valor total (em R$)
CFURH 1994-2023	Bases Técnicas em Recursos Hídricos (PDC 1)	43	6.454.137,40	2.786.977,26	**9.241.114,66**
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos (PDC 2)	4	368.578,32	251.783,55	**620.361,87**
	Qualidade das Águas (PDC 3)	112	26.298.993,74	29.748.546,05	**56.047.539,79**
	Proteção dos Recursos Hídricos (PDC 4)	17	2.523.547,32	994.331,72	**3.517.879,04**
	Gestão da Demanda (PDC 5)	53	37.317.227,40	12.561.891,49	**49.879.118,89**
	Abastecimento e Segurança Hídrica (PDC 6)	2	348.900,00	31.932,50	**380.832,50**
	Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos (PDC 7)	26	8.797.339,71	1.889.517,49	**10.686.857,20**
	Capacitação e comunicação social (PDC 8)	16	1.917.345,43	624.191,06	**2.541.536,49**
	Proteção dos Recursos Hídricos (PDC 4) - PDC 4.1 - Controle de Processos Erosivos	20	3.648.564,52	1.365.967,99	**5.014.532,51**
	Total CFURH 1994-2023	**293**	**87.674.633,84**	**50.255.139,11**	**137.929.772,95**
COBRANÇA PCJ FEDERAL 2006 - 2023	Bases Técnicas em Recursos Hídricos (PDC 1)	79	68.051.954,81	940.473,57	**68.992.428,38**
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos (PDC 2)	81	38.617.920,37	0	**38.617.920,37**
	Qualidade das Águas (PDC 3)	67	59.124.483,13	50.029.412,61	**109.153.895,74**
	Proteção dos Recursos Hídricos (PDC 4)	31	10.310.354,49	1.778.391,94	**12.088.746,43**
	Gestão da Demanda (PDC 5)	63	93.830.461,50	39.823.962,73	**133.654.424,23**
	Abastecimento e Segurança Hídrica (PDC 6)	8	3.119.196,84	712.119,07	**3.831.315,91**
	Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos (PDC 7)	6	1.688.287,12	226.830,33	**1.915.117,45**
	Capacitação e comunicação social (PDC 8)	54	6.244.526,72	0	**6.244.526,72**
	Total Cobrança PCJ FEDERAL 2006-2023	**389**	**280.987.184,98**	**93.511.190,25**	**374.498.375,23**
COBRANÇA PCJ PAULISTA 2007 - 2023	Bases Técnicas em Recursos Hídricos (PDC 1)	89	26.844.359,32	3.967.286,82	**30.811.646,14**
	Qualidade das Águas (PDC 3)	114	150.973.328,75	49.811.943,74	**200.785.272,49**
	Gestão da Demanda (PDC 5)	72	112.073.591,17	29.820.156,64	**141.893.747,81**
	Capacitação e comunicação social (PDC 8)	1	300.000,00	0	**300.000,00**
	Total Cobrança PCJ Paulista 2007-2023	**276**	**290.191.279,24**	**83.599.387,20**	**373.790.666,44**
Total Geral		**958**	**658.853.098,06**	**227.365.716,56**	**886.218.814,62**

Fonte: Agência das Bacias PCJ
Data-base: dezembro/2023

A3P | PACTO GLOBAL | ODS

Clique nos títulos A3P, Pacto Global e ODS para saber mais sobre cada iniciativa.

Práticas de Compras

Gestão de fornecedores na Agência das Bacias PCJ

A cadeia de fornecedores da Agência das Bacias PCJ é formada, principalmente, por empresas prestadoras de serviços, consultores e instituições de ensino e pesquisa. Os principais fornecedores atuam na prestação de serviços especializados para a gestão dos recursos hídricos e os contratos se dão por processos de licitação para os quais são considerados critérios técnicos, administrativos e legais.

Em função da obrigatoriedade ao atendimento da Lei de Licitação e Compras Públicas, se faz necessária ampla divulgação e a contratação de fornecedores de diferentes localidades, e não exclusivamente locais.

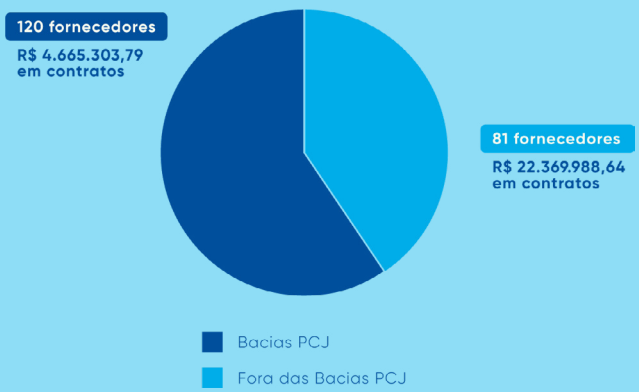
Para valores contratados até R$ 80 mil, a Agência das Bacias PCJ segue o que se estabelece no Art. 47 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, que permite, neste caso, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. Com isso, a entidade contribui com o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, com a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (GRI 2-6, 3-3)

"A relação comercial com a Agência das Bacias PCJ, traz diversas contribuições para a Acquaviva Eventos. Primeiramente, essa relação nos permite conhecer melhor as normas e as boas práticas de gestão dos recursos hídricos, que são essenciais para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, nos estimula a adotar medidas de uso racional da água e de redução de desperdícios, que geram economia e eficiência para a nossa empresa. Por fim, me aproxima de um parceiro institucional que tem como missão promover a sustentabilidade ambiental e socioeconômica em sua gestão organizacional, o que pode gerar oportunidades de cooperação e de aprendizado mútuo."



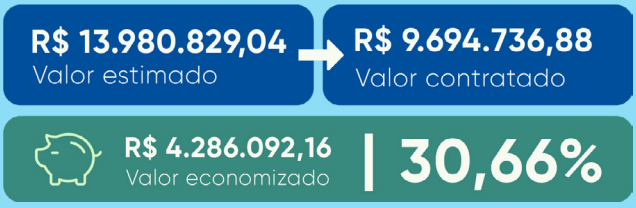
Marcelo Acquaviva
CEO da Acquaviva Promoções e Eventos

Fornecedores em 2023



Fonte: Agência das Bacias PCJ
Data-base: dezembro/2023

Valores estimados x Valores contratados em processos licitatórios realizados em 2023



Fonte: Agência das Bacias PCJ
Data-base: dezembro/2023

Critérios socioambientais de compras

Selo Procell, práticas de manejo sustentável, utilização de plástico biodegradável, certificação FSC®, uso de materiais reciclados e de materiais atóxicos, entre outros critérios socioambientais (veja quadro a seguir), são adotados pela Agência das Bacias PCJ no processo de compras. Desde 2021, a entidade passou a utilizar a plataforma de pregão eletrônico do Banco do Brasil (Licitações-e), em atendimento a uma exigência da ANA.

(GRI 3-3, 204-1, 308-1, 414-1)

Critérios de sustentabilidade (Decreto 7.746/12)	Descrição
Material reciclado	Resulta da transformação dos resíduos sólidos e envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas. Passa por transformação e gera novos insumos ou produtos.
Material atóxico/baixa toxicidade	Não contém substâncias perigosas* em quantidades significativas e prejudiciais à saúde em sua composição.
Material ecoeficiente	Apresenta alta eficiência energética e durabilidade dos produtos, bem como busca consumir pouca água e maximiza o uso dos recursos naturais. Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente. Pode possuir menor uso de agrotóxicos ou a dispersão de tóxicos, bem como baixa emissão de gases de efeito estufa.
Material biodegradável	Decompõe-se no ambiente pela ação de microrganismos que o utilizam como fonte de alimento/energia. Converte o material em biomassa, dióxido de carbono e água. Os resíduos finais da decomposição não apresentam resquícios de toxicidade, portanto, não são danosos ao meio ambiente.
Certificação	Certificação emitida por instituição pública oficial ou por instituição acreditada.
Selos ambientais	FSC®, Cerflor, PBE, Programa Selo Verde e Selo SisOr.
Origem local	Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

***Tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados.**

Fonte: RoHs (2020)

Nota: RoHS (Restrictions of the use of Certain Hazardous Substances) é uma diretiva adotada em fevereiro de 2003 pela União Europeia que proíbe que certas substâncias perigosas sejam usadas em processos de fabricação de produtos.

A3P | PACTO GLOBAL | ODS

Clique nos títulos A3P, Pacto Global e ODS para saber mais sobre cada iniciativa.

Ética e Integridade

Ética, integridade e transparência

Como signatária do Pacto Global da ONU (2018), a Agência das Bacias PCJ reforça seu compromisso com a ética nos relacionamentos e com a transparência em sua atuação. Ao aderir ao Pacto Global, as organizações assumem também a responsabilidade de apoiar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são o principal pilar da Agenda 2030 da ONU.

O Código de Ética reflete a cultura comportamental adotada na instituição com base nas Declarações Corporativas (Missão, Visão e Valores) da Agência das Bacias PCJ. Seu principal objetivo é apresentar os valores e as principais expectativas da entidade quanto ao cumprimento de ações e de relações, também, baseadas em tais valores.

(GRI 2-26, 3-3)

Governança

- **Comitê de Ética:** instância consultiva que orienta sobre conduta ética e as relações da Agência das Bacias PCJ.
- **Código de Ética:** apresentado a todo novo colaborador no processo de integração, é divulgado a fornecedores por meio dos processos de licitação e aos membros dos Comitês PCJ e Conselhos da Agência das Bacias PCJ.
- **Código de Conduta:** em processo de elaboração, será o instrumento de orientação para a execução do Código de Ética.

+ SAIBA MAIS

100% dos membros dos órgãos de governança e dos colaboradores foram comunicados sobre políticas e procedimentos anticorrupção em 2023. Não foram realizados treinamentos a colaboradores sobre o Código de Ética no período.

(GRI 205-2)

"A ética e a integridade da Agência das Bacias PCJ são de fundamental importância e referência para outras regiões e entidades em todo país na aplicação de todos os mecanismos e instrumentos de gestão da água, especialmente, na aplicação dos recursos financeiros da cobrança, assegurando a efetividade, observância e boa aplicação dos mesmos, evidenciadas como reflexo de um zeloso aproveitamento dos recursos públicos arrecadados, que servem todos os dias como exemplo para o aperfeiçoamento da gestão pública, como compromisso com os valores éticos idôneos em benefício da sociedade."



Lilian Cristina de M. G. Bozzi
Assessora Jurídica no Consórcio Intermunicipal das Bacias PCJ

Identificação e reparação de impactos

Apesar de ser uma entidade privada de direito público, sem fins lucrativos, por administrar recursos financeiros públicos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e dos *royalties* pagos pelo setor hidrelétrico, a Agência das Bacias PCJ se coloca em um patamar público de prestação de contas, com a necessidade de implementação de ações para a reparação de impactos negativos. Para isso, conta com sistemas e fóruns como o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), reuniões com as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, em especial a CT-Planejamento, criação de comitês e comissões internas conforme necessidade e cumprimento de metas do contrato de gestão firmado com a ANA.

(GRI 2-25)

Informação e transparência

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 e com o objetivo de aprimorar os instrumentos de atendimento às solicitações dos cidadãos e transparência pública, a Agência das Bacias PCJ faz parte do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC.SP) desde 2018. Além deste, a instituição possui outros dois canais disponíveis ao cidadão para solicitar informações, e-mail ou atendimento via telefone/presencial. Em 2023, foi dado continuidade ao projeto para a implantação de uma Ouvidoria, que deve ser instituída em 2024.

(GRI 2-26)

A3P | PACTO GLOBAL | ODS

Clique nos títulos A3P, Pacto Global e ODS para saber mais sobre cada iniciativa.

Materiais

Consumo consciente

Desde a adesão ao Programa A3P do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), em 2018, a Agência das Bacias PCJ vem consolidando uma nova maneira de pensar e agir relacionada ao uso de materiais (em quantidade e tipo) em seus processos diários, a fim de reduzir o grau de dependência dos recursos naturais.

A instituição adota práticas relacionadas ao consumo consciente, por meio de três dos seis eixos temáticos do Programa A3P: Eixo 1: Uso Racional dos recursos e bens naturais, Eixo 2: Gestão Adequada dos resíduos gerados e Eixo 5: Compras públicas sustentáveis.

(GRI 3-3)

Contribuição do colaborador

"Nosso papel é supervisionar e comunicar as políticas do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, apoiando a Sustentabilidade Corporativa da Agência das Bacias PCJ e executando a Educação Ambiental dos Comitês PCJ."

Felipe Rigo, Analista Ambiental da Sirius Consulting, a serviço da Agência das Bacias PCJ e representante da Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional.

"A adesão da Agência das Bacias PCJ à A3P, e consequente atuação por meio dos eixos temáticos, tem sido um convite para que cada colaborador pense e repense continuamente sua vida e seus hábitos a partir do olhar da sustentabilidade. Especificamente relacionado ao uso consciente de materiais, a A3P tem contribuído muito na sensibilização dos colaboradores, construindo conhecimento conjunto sobre a importância do uso eficiente dos bens naturais, sobre a importância da destinação correta de resíduos e fomentando também ações práticas nesse sentido."



Aline de Fátima Rocha Meneses Moura
Analista Administrativa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) a serviço da Agência das Bacias PCJ

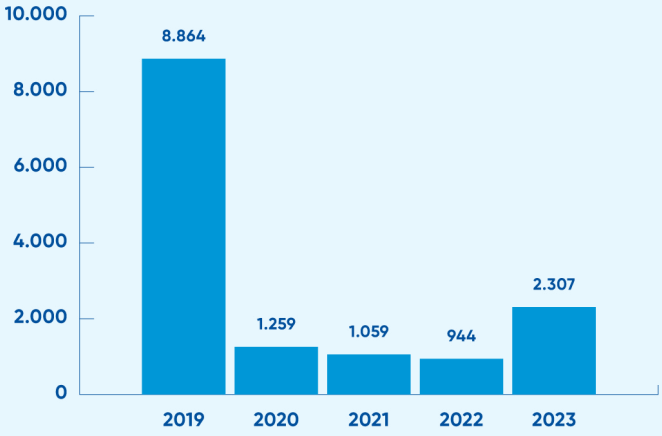
Descarte de resíduos

A Agência das Bacias PCJ adota procedimentos padrão de descarte de resíduos específicos, para destinação de forma ambientalmente correta. Muitos deles são doados para instituições sociais. Para isso, disponibiliza aos colaboradores o Guia de Resíduos A3P PCJ e locais específicos para coleta. Na sede são coletados resíduos produzidos pela entidade, tais como: lâmpadas LED, embalagens de café e resíduos de informática. Além disso recebe resíduos gerados externamente pelos colaboradores (esponjas de lavar louça, tampinhas plásticas, lacres de alumínio, materiais de escrita, pilhas e baterias).

Acompanhamento da redução do uso de papéis

Desde a implementação do Programa A3P PCJ, observa-se a **redução de cerca de 78% do número de impressões** realizadas na instituição, como mostra o gráfico a seguir. Porém, cabe justificar que, em 2023, houve um aumento no consumo total de impressões em relação a 2022, o qual está correlacionado com as prestações de contas efetuadas pela Agência das Bacias PCJ a órgãos gestores, que exigem a apresentação de relatórios impressos, bem como a organização de processos administrativos físicos, anteriores à implementação do Projeto ED Digital (Papel Zero).

Média de impressão anual (2019 a 2023)



Data-base: dezembro de 2023
Fonte: Agência das Bacias PCJ

Desafios para a nova sede

O projeto da nova sede da Agência das Bacias PCJ, com critérios socioambientais e de acessibilidade, deve retomar o ritmo em 2024, já que seu quadro de colaboradores foi ampliado em 2023, o que traz a necessidade de oferecer condições melhores de qualidade de trabalho para seus profissionais. Da mesma forma, os desafios se estendem para o maior uso de materiais, o que leva a instituição a reforçar o gerenciamento do controle desses insumos.

A nova sede será construída no Parque Tecnológico de Piracicaba, no bairro Santa Rosa, em um terreno de 3,9 mil metros quadrados, doado pela Prefeitura de Piracicaba, por meio de um Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Vereadores em 2019.

A3P | PACTO GLOBAL | ODS

Clique nos títulos A3P, Pacto Global e ODS para saber mais sobre cada iniciativa.

Água, Efluentes e Resíduos

Água em quantidade e qualidade

Iniciativas para garantir quantidade e qualidade de água nas Bacias PCJ têm sido o enfoque da aplicação dos recursos provenientes das Cobranças PCJ nos últimos anos. Com focos diversificados, as ações objetivam desde proteger as nascentes, reflorestar, coletar e tratar esgoto a combater as perdas de água nos 76 municípios que integram as Bacias PCJ.

A qualidade da água está diretamente ligada à quantidade. À medida que são produzidos resíduos líquidos (esgoto doméstico e efluentes da indústria), é necessária uma determinada quantidade de água para o tratamento. As capacidades de depuração dos rios, no entanto, são limitadas, o que leva os serviços de água municipais a dispenderem valores substanciais para auxiliar no tratamento. O monitoramento, portanto, é uma frente de ação essencial para buscar soluções focadas em processos de tratamento mais sustentáveis e garantir o abastecimento de água em qualidade e quantidade para a população.

(GRI 3-3)

Os investimentos previstos por meio do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 envolvem iniciativas prioritárias relacionadas ao saneamento e, nos últimos anos, ganharam mais foco em ações relacionadas ao monitoramento.

Monitoramento de águas residuais urbanas

Uma parceria entre a Agência das Bacias PCJ, a Associação Pró-gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e a Agência de Água Loire-Bretagne, da França, deu início ao projeto M.A.R.U (Monitoramento de Águas Residuais Urbanas), um projeto-piloto inovador no monitoramento da qualidade da água nas Bacias PCJ.

O objetivo principal do projeto é fortalecer o monitoramento do impacto da poluição gerada pelas águas residuais urbanas, a fim de melhorar a identificação das ações a serem implementadas no território, por meio de captações in loco, com sondas, ou via recursos tecnológicos. Por imagens de satélite, por exemplo, é possível obter métricas para definir ações de proteção aos recursos hídricos. Mapas dinâmicos mostram a qualidade da água em reservatórios e rios, indicando frentes prioritárias de ação.

4 parâmetros de qualidade da água foram experimentalmente monitorados por imagens de satélite: clorofila-a, turbidez, matéria em suspensão e matéria orgânica.

3 locais de monitoramento in loco, por sondas, foram propostos nas Bacias PCJ e encontram-se em fase de testes. São dois locais no município de Piracicaba/SP e um em Campinas/SP.

+ SAIBA MAIS

Sistema Cantareira

Os Comitês PCJ assumem a gestão das descargas de água do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ, no período seco, que vai de junho a novembro. Durante a estiagem, a CT-MH dos Comitês PCJ monitora, realiza previsões e decide diariamente qual vazão de água será liberada para as Bacias PCJ, buscando garantir o cumprimento das regras e condições para o abastecimento de 19 municípios do interior paulista, com cerca de 3,5 milhões de habitantes.

+ SAIBA MAIS

Planos de macrodrenagem

Diferentemente dos anos anteriores, 2023 foi um ano chuvoso, o que, se em excesso, pode gerar problemas com enchentes no Sistema Cantareira. A Agência das Bacias PCJ tem papel fundamental nesses casos, com a disponibilização de informações para balizar a tomada rápida de decisões de instituições como a Defesa Civil, por exemplo.

Essa frente de ação, considerada desafiadora, levou a Agência das Bacias PCJ a promover dois estudos regionais relacionados a enchentes: os planos de macrodrenagem da Bacia do Rio Jundiaí e da Bacia do Rio Capivari. O plano constitui instrumento de subsídio ao planejamento e gestão, com propostas de implantação de ações e contribui para a adoção de diretrizes gerais de caráter regional, voltadas a orientar a elaboração e a revisão de Planos Diretores Municipais de Macrodrenagem, adequados à realidade de cada município e à da unidade hidrográfica envolvida.

+ SAIBA MAIS

Contribuição do colaborador

"Nosso papel é facilitar a construção e a implementação dos Planos das Bacias PCJ através de processos que envolvem aquisição, tratamento, análise e divulgação de informações estratégicas."

Eduardo Leo, Coordenador de Sistemas de Informações da Agência das Bacias PCJ e representante da Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional.

Combate às perdas na distribuição

A diminuição das perdas de água na distribuição e a melhoria da gestão do sistema de abastecimento são alguns dos resultados que serão obtidos com o sistema Giswater, um projeto inovador implantado pela Agência das Bacias PCJ que entra na etapa de conclusão em Capivari (SP). A ferramenta, que compreende um sistema de informação geográfica, vem sendo implantada desde setembro de 2022.

O projeto é piloto no âmbito das Bacias PCJ e verifica-se a possibilidade de replicá-lo aos demais municípios da região. Capivari foi o município escolhido dentro de critérios de elegibilidade, por já ser município cadastrado na rede de abastecimento público georreferenciada para integração ao sistema Giswater.

R$ 600 mil investidos, com recursos provenientes da Cobrança PCJ FEDERAL.

218 km de redes e mais de **19 mil ligações ativas** de água formam o sistema de abastecimento e distribuição de água em Capivari.

"A Agência das Bacias PCJ vem, desde sua instalação, investindo recursos financeiros na área de saneamento, principalmente no controle e redução de perdas, na ampliação do sistema de transporte e tratamento dos esgotos, em projetos e planos diretores. Atualmente, suas ações estão voltadas para atender às prioridades estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, que contemplam também as áreas do saneamento. Como o saneamento tem uma estreita relação com recursos hídricos, as ações realizadas pela Agência das Bacias PCJ sempre estarão beneficiando o setor."



Hugo Marcos Piffer Leme
Membro do CBH-PCJ - Representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE)

Oficinas de sensibilização para os municípios

A Agência das Bacias PCJ promoveu quatro oficinas para a sensibilização dos municípios das Bacias PCJ (prefeituras e serviços de saneamento), com o tema "Metas e Ações do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 e Oportunidade de Recursos Financeiros dos Comitês PCJ (Orçamento 2024-2027 – FEHIDRO) para saneamento".

O ciclo de oficinas teve como objetivo explanar as metas previstas no Plano de Bacias e a situação atual dos municípios referente aos índices de coleta, tratamento e eficiência de tratamento de esgotos domésticos e índice de perdas no sistema de distribuição de água, apresentação do edital de "fluxo contínuo", regras da seleção de empreendimentos, formas de inscrição, entre outros esclarecimentos.

As oficinas foram organizadas e realizadas pela Coordenação de Projetos e Coordenação de Sistema de Informações da Agência das Bacias PCJ e ocorreram de forma presencial nos municípios paulistas de Piracicaba (sub-bacias Piracicaba e Corumbataí), Jundiaí (sub-bacia Jundiaí), Campinas (sub-bacias Atibaia e Capivari) e Bragança Paulista (sub-bacias Jaguari e Camanducaia).

(GRI 2-29)

70 municípios da porção paulista das Bacias PCJ foram convidados.

148 foi o total de **participantes** das oficinas.

+ SAIBA MAIS



Indicadores de saneamento*

90% ou superior é o índice de oferta urbana de água tratada da maior parte dos municípios das Bacias PCJ.

+92% é o índice de coleta de esgoto, considerando-se a proporção da população atendida.

+85% é o percentual de tratamento de esgoto, considerando-se a proporção da população residente nas Bacias PCJ e atendida pelo serviço.

*Fonte: Revista Gestão das Bacias PCJ 2023 (ano-base 2022).

Rede de monitoramento hidrológico

Com informações em tempo real de chuva, nível e vazão dos rios das Bacias PCJ, a Rede de Monitoramento Hidrológico PCJ é uma ferramenta disponibilizada pelos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ, sendo fundamental para apoiar a tomada de decisões relacionadas ao planejamento e à gestão dos recursos hídricos, bem como a atuação da Defesa Civil e o uso dos rios pela comunidade.

O Sistema de Suporte a Decisões das Bacias PCJ (SSD PCJ) é outra plataforma. Fruto de uma parceria entre a Agência das Bacias PCJ e o Laboratório de Sistemas de Suporte a Decisões em Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos (LabSid), o SSD PCJ foi instaurado para apoiar os Comitês PCJ, a Agência das Bacias PCJ e os órgãos gestores na gestão e no planejamento dos recursos hídricos da região.

Os dados podem ser acessados no site da SAISP (Sistema de Alerta a Inundações de São Paulo), pelo site da Sala de Situação PCJ ou pelo Sistema de Suporte a Decisões das Bacias PCJ (SSD PCJ).

12.643 foi o total de acessos à Sala de Situação das Bacias PCJ em 2023.

As **páginas mais acessadas** foram Boletins Diários e Relatórios Sínteses Diários.

672.410 foi o número total de acessos ao Sistema de Alerta a Inundações de São Paulo (SAISP) no período.

A3P | PACTO GLOBAL | ODS

Clique nos títulos A3P, Pacto Global e ODS para saber mais sobre cada iniciativa.

Biodiversidade

Política de Mananciais PCJ na prática

A Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ, também chamada de Política de Mananciais PCJ, estabelece diretrizes e instrumentos visando à conservação das águas, recuperação e conservação do solo e da vegetação nativa na área que compreende as Bacias PCJ.

A Agência das Bacias PCJ desenvolve ações e demandas relacionadas à implementação dessa Política, sendo responsável por operacionalizar os processos de seleção de áreas e empreendimentos publicados periodicamente, para aplicação dos recursos oriundos das Cobranças PCJ.

(GRI 3-3, 304-3)

+ SAIBA MAIS

Contribuição do colaborador

"Desenvolvimento de ações relacionadas à implementação da Política de Mananciais PCJ, com foco no acompanhamento de projetos de restauração ecológica e pagamentos por serviços ambientais, objetivando o aumento qualiquantitativo da água em microbacias prioritárias para o abastecimento público."

Gabriela D. L. Giusti, Analista Ambiental e representante da Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional – Novaes Engenharia a serviço da Agência das Bacias PCJ.

Programas temáticos da Política de Mananciais PCJ

I. Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse

II. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

III. Áreas Sujeitas à Restrição de Uso

IV. Proteção dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado

"A TNC Brasil mantém uma parceria sólida com a Agência das Bacias PCJ por mais de uma década. Durante esse período, pudemos testemunhar de maneira evidente a significativa contribuição da entidade no desenvolvimento e aprimoramento da Política de Mananciais PCJ. Esse impacto é particularmente notável no apoio oferecido aos municípios localizados nas Bacias PCJ. Ao longo dos anos, a experiência adquirida tornou a Agência não apenas uma facilitadora para que os municípios acessem recursos disponíveis por meio dos Editais da Política de Mananciais PCJ, mas também uma parceira crucial na implementação e desenvolvimento das Políticas Municipais de Mananciais."



Henrique Bracale
Coordenador do Fundo de Água de São Paulo da TNC Brasil

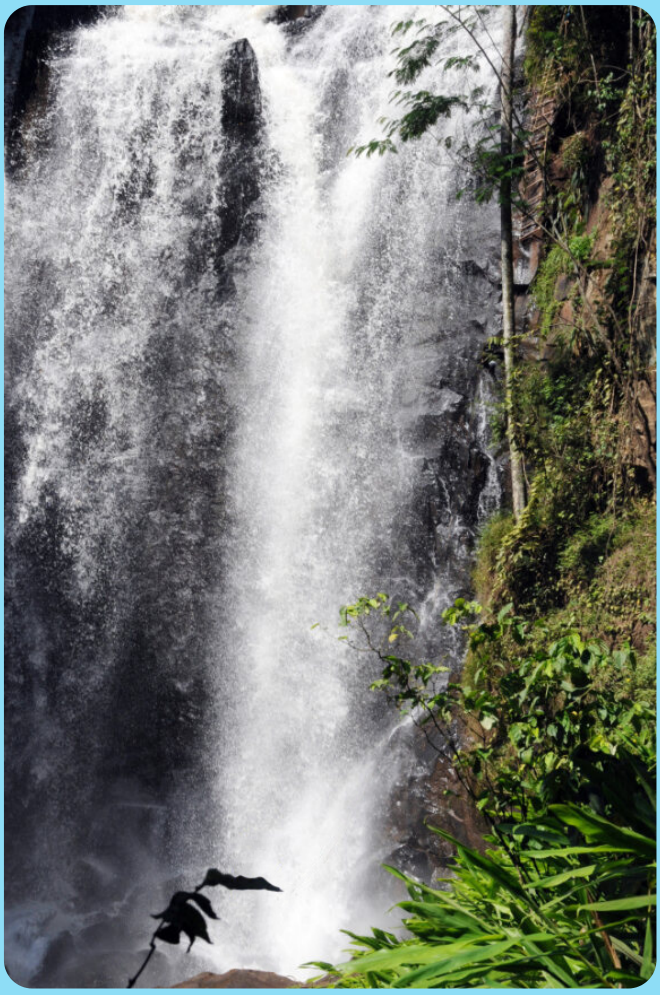
Foco na preservação hídrica para o abastecimento público

Em 2023, reuniões com as Unidades Gestoras de Projetos (UGPs) municipais marcaram o início do processo de elaboração dos Projetos Integrais de Propriedades Rurais (PIPs) nos municípios paulistas de Artur Nogueira, Jaguariúna e Charqueada.

O "Projeto Nascentes Artur Nogueira" direciona seus esforços para a microbacia do Córrego Sertório, uma região que tem sofrido com pressão imobiliária, erosão do solo, assoreamento dos cursos d'água, destinação inadequada de resíduos e estradas rurais em estado precário. O projeto visa colaborar na reversão de um cenário de degradação ambiental na microbacia.

Jaguariúna concentra suas ações no "Programa de Bacias Jaguariúna", priorizando uma área piloto no município responsável pela captação de água para o abastecimento público de até 95% da população.

O "Projeto Mananciais Charqueada" busca a melhor alternativa para a captação de água, por meio do diagnóstico e adequação ambiental das propriedades rurais localizadas a montante da captação de água para abastecimento público do município, envolvendo os Córregos Calegaro e Tijuco Preto, ambos afluentes do Rio Corumbataí.



Cachoeira que deságua no rio Corumbataí, em Analândia.
Foto: João Prudente – Acervo Agência das Bacias PCJ

Bancos de áreas e de projetos

No Banco de Áreas PCJ estão as áreas disponíveis para adoção, visando à execução de intervenções de restauração ecológica com a finalidade de adequação ambiental.

A relação de iniciativas referentes à proteção de mananciais que envolvam tanto o Programa I como o Programa II da Política de Mananciais PCJ estão disponíveis no Banco de Projetos PCJ. Ambas são ferramentas públicas para acesso via Portal SIG-PCJ.

+ SAIBA MAIS

Adequações ambientais

A seguir estão listadas as ações relacionadas às intervenções inerentes ao processo de adequação ambiental em implementação nas microbacias dos Córregos do Cavalheiro (Analândia/SP), Boa Vista (Charqueada/SP), Água Branca (São Pedro/SP), Marins (Piracicaba/SP) e Piraí (Salto/SP), que são mananciais de interesse para o abastecimento público.

A metodologia é especificada na legislação pertinente e na Política de Mananciais PCJ, conforme seus Programas I – Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse e II – Pagamento por Serviços Ambientais. O Banco de Projetos PCJ traz a espacialização das regiões de atuação e as informações relacionadas aos empreendimentos, e o Banco de Áreas PCJ, a interface da área com relação às demais em processo de restauração nos próximos anos.

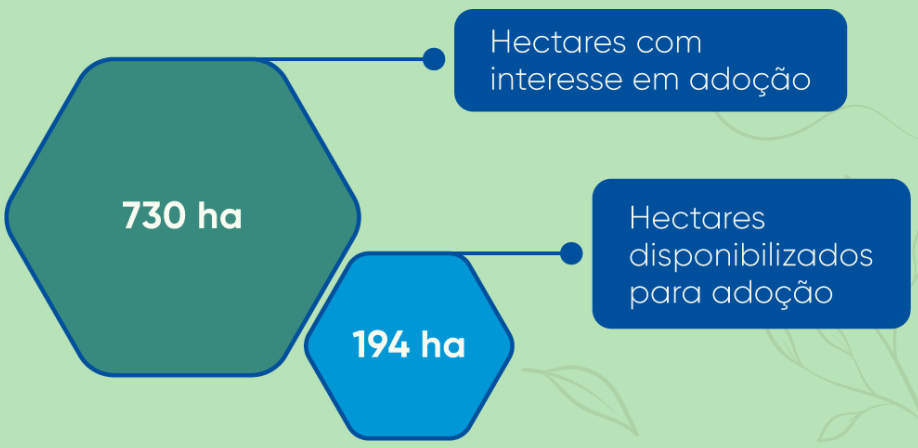
(GRI 304-3)

Adequações ambientais em implementação.

	Analândia (SP)	Charque[illegible]/São Pedro (SP)	Piracicaba (SP)	Salto (SP)
Tamanho	82 hectares	108,26 hectares	21 hectares	9 hectares
Tipo	APP, APA e área restaurada	APP, APA e área restaurada	APP e área restaurada	APP e área restaurada
Acompanhamento e validação das ações de restauração	Fundação SOS Mata Atlântica é a responsável pela implementação e monitoramento das áreas de restauro.	Da Serra Ambiental e PlantVerd Ambiental e Intervias são responsáveis pela implementação e monitoramento das áreas de restauro.	A restauração é de responsabilidade da Progaia Engenharia Ambiental.	A restauração será realizada por meio do "Grupo Base", sendo o proprietário o interlocutor da empresa.
Parceiros para proteção ou restauração	Fundação SOS Mata Atlântica.	Da Serra Ambiental, PlantVerd e Intervias.	A Progaia Engenharia é a executora contratada pela Prefeitura Municipal de Piracicaba (Microbacia dos Marins).	Grupo Base.
Status de recuperação (dezembro/2023)	Inicial e intermediário.	Serra Ambiental: inicial. PlantVerd: inicial. Intervias: não iniciada.	Progaia: Inicial.	Restauração não iniciada

Data-base: dezembro de 2023
Fonte: Agência das Bacias PCJ

Passivos gerais – Banco de Áreas PCJ



Projetos Ambientais

Passivos de restauração por projeto

Projeto	Hectares disponibilizados	Hectares adotados	Status
Nascentes Analândia	80	80,00	
Mananciais Charqueada/ São Pedro	105,3	105,30	
Nascentes da Vida Salto	9	0,00	
Totais	194,30	185,30	

Relação dos municípios classificados nos editais da Política de Mananciais, modalidade PIP

Município	Modalidade	Valor Investido Agência PCJ	Número de propriedades envolvidas	Área das propriedades	Status
Holambra	Programa I PIP	R$ 432.508,08	105	2000 ha	
Analândia	Programa I PIP	R$ 680.739,63	18	1744,23 ha	
Charqueada/ São Pedro	Programa I PIP	R$ 374.444,36	30	2174,92 ha	
Salto	Programa I PIP	Execução Direta	1	317,37 ha	
Limeira	Programa I PIP	R$ 599.600,00	114	1328,58 ha	
Camanducaia	Programa I PIP	R$ 325.102,02	22	245,00 ha	
Artur Nogueira	Programa I PIP	R$ 433.766,68	45	663,10 ha	
Jaguariúna	Programa I PIP	R$ 247.498,24	21	962,99 ha	
Charqueada	Programa I PIP	R$ 424.427,68	48	1520,99 ha	
Totais		R$ 3.518.086,69	404	10957,18 ha	

Relação dos municípios classificados nos editais da Política de Mananciais, modalidade PSA

Município	Modalidade	Número de propriedades envolvidas	Área das propriedades (ha)
Piracicaba	A - Restauração ecológica	11	296,85
Jaguariúna	B- UCE (Piloto)	8	219,60
Jaguariúna	B - UCE	7	1.064,25
Jundiaí	B - UCE C - Incentivo econômico	16	336,54
Limeira	C - Incentivo econômico	10	116,79
Piracaia	C - Incentivo econômico	17	739,44
Limeira	C - Incentivo econômico	15	42,53
Louveira	C - Incentivo econômico	33	186,26
	A - Restauração ecológica	4	0,25
Totais		121	3.002,51

Relação dos municípios classificados nos editais da Política de Mananciais, modalidade UCE Prospecção

Município	Repasse PCJ (R$)	Área de atuação (ha)	Status
Jundiaí	R$ 150.000,00	23.157,00	
Piracicaba	R$ 180.000,00	15.011,13	
Total	R$ 330.000,00	38.168,13	

Relação dos municípios classificados nos editais da Política de Mananciais, modalidade intervenções

Município	Modalidade	Valor Investido Agência PCJ	Número de propriedades envolvidas	Quantidade de intervenções	Status
Analândia	Saneamento	R$ 199.462,26	12	26 fossas biodigestoras	
Charqueada/ São Pedro	Cercamento	R$ 578.215,20	7	30.015 m de cercas	
	Saneamento	R$ 128.394,89	12	17 fossas biodigestoras	
Totais		R$ 906.072,35	31		

Andamento dos Projetos PSA

Município	Modalidade	Repasse PCJ (R$)	Valor desembolsado até dez/2023	% de atendimento até dez/2023	Status dez/23
Jaguariúna	B- UCE (Piloto)	R$ 142.000,00	R$ 142.000,00	100%	
Jaguariúna	B - UCE	R$ 144.250,00	R$ 144.250,00	100%	
Jundiaí	C - Incentivo econômico	R$ 44.138,52	R$ 44.138,52	100%	
Jundiaí	B - UCE	R$ 109.500,00	R$ 109.500,00	100%	
Limeira	C - Incentivo econômico	R$ 41.392,16	R$ 31.044,12	75%	
Piracaia	C - Incentivo econômico	R$ 52.573,36	R$ 31.289,26	59,52%	
Piracicaba	A - Restauração ecológica	R$ 449.999,53	R$ 366.037,27	81,34%	
Limeira	C - Incentivo econômico	R$ 150.600,88	R$ --	0,00%	
Louveira	C - Incentivo econômico	R$ 209989,11	R$ --	0,00%	
	A - Restauração ecológica	R$ 13.121,12			
Totais		R$ 1.357.564,68	R$ 868.259,17	55%	

Data-base: Dezembro de 2023

Legenda	
	Em execução
	Em tramitação
	Não iniciado
	Finalizado

A3P | PACTO GLOBAL | ODS

Clique nos títulos A3P, Pacto Global e ODS para saber mais sobre cada iniciativa.

Emprego, Treinamento e Educação

Reforço na equipe em 2023

A gestão de pessoas, na Agência das Bacias PCJ, dedica especial atenção à promoção do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais dos colaboradores.

Em 2023, o quadro de colaboradores cresceu 27%, passando de 60 para 76 colaboradores que formam uma equipe jovem, de características heterogêneas e com qualidade técnica. Esse é o perfil desejado pela entidade para uma dinâmica saudável no ambiente de trabalho, aspecto fundamental para que a Agência das Bacias PCJ alcance sua Visão de Futuro.

(GRI 3-3)

Contribuição do colaborador

"A Agência reconhece a importância de capacitar e instruir os seus colaboradores como um pilar para o desenvolvimento contínuo, que em conjunto com a expertise e a visão inovadora de cada colaborador, contribui significativamente para a excelência em nossos serviços de gestão de recursos hídricos."

Kátia Gotardi, Coordenadora de Gestão e representante da Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional.

As áreas que ganharam reforço nas equipes em 2023 são a Coordenação de Gestão e a Coordenação de Sistemas de Informação, que tiveram demandas ampliadas para ações estratégicas.

Quadro de colaboradores em 2023

Em dezembro de 2023, 76 pessoas compunham o quadro funcional da Agência das Bacias PCJ. Destes, 55 eram terceiros, com vínculo empregatício em regime CLT por meio de empresas prestadoras de serviço. A contratação de colaboradores próprios, com exceção das funções de confiança definidas no Regulamento Interno, é realizada por concurso público. Todos os colaboradores próprios cumprem jornada de período integral.

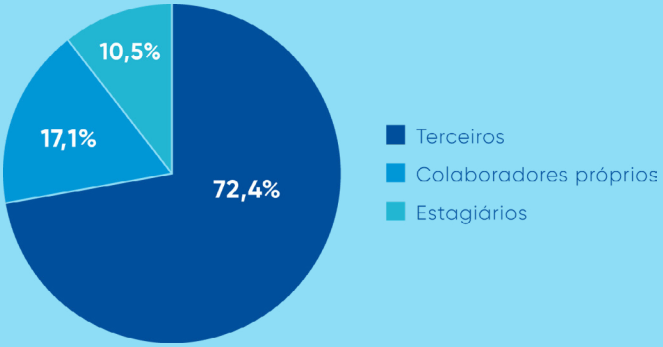
(GRI 2-7)

55% do quadro de colaboradores da Agência das Bacias PCJ era formado por **mulheres** em **2023**.

	Masculino	Feminino	Total
Colaboradores próprios com contrato por prazo permanente, jornada em tempo integral	9	4	**13**
Estagiários, com contrato por prazo temporário e jornada em tempo parcial	2	6	**8**
Colaboradores com contrato por prazo determinado ou temporário e jornada em tempo integral (terceiros)	23	32	**55**
Total	**34**	**42**	**76**

Data-base: dezembro de 2023
Fonte: Agência das Bacias PCJ

Tipo de contrato de trabalho



Em 2023, 72,4% era formado por colaboradores de empresas prestadoras de serviço, que ficam alocados nas dependências da Agência das Bacias PCJ. As relações de trabalho são orientadas pela Política de Terceirização da entidade, que agrega aspectos legais relacionados à administração pública, propõe elementos que deixam mais claro o conteúdo de editais e permite a inserção de exigências mínimas para a contratação de fornecedores para projetos ou atividades específicas.

Também sugere que terceiros que atuem na Agência das Bacias PCJ tenham acesso a um pacote de benefícios compatíveis com o oferecido aos colaboradores próprios, tais como: seguro de vida, auxílio-creche (para mulheres, até que o filho complete 7 anos de idade), auxílio-alimentação, assistência médico-hospitalar e vale-transporte.

(GRI 2-7, 401-2)

Rotatividade

Em 2023, foram efetivadas 22 contratações e 8 saídas de profissionais (colaboradores, terceirizados e estagiários), o que representa uma taxa de rotatividade de 10,5%. A diferença significativa em relação ao índice de 25% do período anterior deve-se, principalmente, à ampliação do quadro de colaboradores em 2023.

(GRI 401-1)

Total de contratações e saídas, por faixa etária e gênero

2023	Contratações				Saídas			
Gênero	< 30	30-50	> 50	Totais por gênero	< 30	30-50	> 50	Totais por gênero
Homens	5	2	0	**7**	4	0	0	**4**
Mulheres	10	5	0	**15**	2	2	0	**4**
Totais por faixa etária	**15**	**7**	**0**	22	**6**	**2**	**0**	8
Taxa de novas contratações e rotatividade	**28,9%**				**10,5%**			

2022	Contratações				Saídas			
Gênero	< 30	30-50	> 50	Totais por gênero	< 30	30-50	> 50	Totais por gênero
Homens	6	0	0	**6**	2	2	0	**4**
Mulheres	6	5	1	**12**	9	2	0	**11**
Totais por faixa etária	**12**	**5**	**1**	18	**11**	**4**	**0**	15
Taxa de novas contratações e rotatividade	**30,0%**				**25,0%**			

Avaliação do Programa de Estágio

O Programa de Estágio da Agência das Bacias PCJ segue boas práticas do mercado em relação a diversos aspectos, como triagem de currículos, dinâmica de grupo e alinhamento das atividades do estudante com o aprendizado. A avaliação desses e outros aspectos do programa foi realizada por um grupo de estudantes da Universidade Anhembi Morumbi, fruto de uma parceria da instituição de ensino com a Agência das Bacias PCJ.

Durante três meses, estudantes do curso de Psicologia realizaram um estágio obrigatório na Agência das Bacias PCJ, quando conduziram rodas de conversa com os colegas da entidade sobre a percepção de cada um sobre o Programa de Estágio da Agência das Bacias PCJ e sobre carreira. O resultado foi um relatório de avaliação, com destaque para pontos de melhorias que deverão ser analisados para adequação e implementação futura.

+ SAIBA MAIS

"A gestão de Recursos Hídricos passa por um cenário de constante evolução e, com isso, há necessidade de capacitação institucional para acompanhar a dinâmica do processo de gestão. A Agência das Bacias PCJ, para uso de suas competências, precisa manter-se capacitada para acompanhar os desafios impostos pelas mudanças nas políticas, nas regulamentações e nos avanços tecnológicos. Um corpo técnico forte e atualizado contribui para o atendimento dos objetivos da entidade, como braço executivo dos Comitês PCJ, e transmite credibilidade a todos os seus parceiros através de um ambiente de trabalho capacitado, amigável e na vanguarda de decisões técnicas, ambientais e sociais."



Joaquin Garcia
Professor Doutor no Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

Total de colaboradores que contribuíram com formação ao longo de 2023[1]		2023[2]	2022[3]
Funcionários	Homens	9	8
	Mulheres	4	4
	Total	**13**	**12**
Terceirizados	Homens	22	20
	Mulheres	32	21
	Total	**54**	**41**
Estagiários	Homens	5	4
	Mulheres	6	6
	Total	**11**	**10**
Total	**Homens**	**36**	**32**
	Mulheres	**42**	**31**
	Total	**78**	**63**

Horas de formação total (considerando treinamentos internos e externos)		2023[2]	2022[3]
Funcionários	Homens	379	305
	Mulheres	361	215
	Total	**740**	**520**
Terceirizados	Homens	4.882	1.171
	Mulheres	2.100	1.588
	Total	**6.982**	**2.759**
Estagiários	Homens	226	124
	Mulheres	657	367
	Total	**883**	**491**
Total	**Homens**	**5.486**	**1.600**
	Mulheres	**3.118**	**2.170**
	Total	**8.604**	**3.770**

Média de horas de formação		2023[2]	2022[3]
Funcionários	Homens	42	38
	Mulheres	90	54
	Total	**57**	**43**
Terceirizados	Homens	222	59
	Mulheres	66	76
	Total	**129**	**67**
Estagiários	Homens	45	31
	Mulheres	110	61
	Total	**80**	**49**
Total	**Homens**	**152**	**50**
	Mulheres	**74**	**70**
	Total	**110**	**60**

[1]O número total de colaboradores apresentado corresponde ao número de colaboradores que contribuíram para a carga horária de formação, não ao número de colaboradores em 31/12/2023.
[2]Data-base: dezembro/2023.
[3]Data-base: dezembro/2022.

Capacitações somam mais de 8.600 horas em 2023

Em média, foram ofertadas 109 horas de capacitação por profissional, em 2023, incluindo colaboradores próprios, estagiários e terceiros, chegando ao total de 8.604 horas no período.

(GRI 404-1)

Em comparação com o ano de **2022**, observa-se que, em média, cada colaborador teve a oportunidade de participar de quase o **dobro** de horas de **capacitação**.

Capacitando para a vida

Em 2023, a A3P PCJ deu início a eventos envolvendo a temática "Capacitando para a vida". Trata-se de um ciclo de capacitações com foco em temas visando a contribuir para com o aprendizado de todos os colaboradores, seja no aspecto profissional ou no aspecto pessoal. Ao todo serão doze eventos, que se estenderão para 2024. Os temas foram selecionados a partir de consulta realizada junto aos colaboradores.

A3P | PACTO GLOBAL | ODS

Clique nos títulos A3P, Pacto Global e ODS para saber mais sobre cada iniciativa.

Comunidades Locais

Gestão participativa

Os principais objetivos do relacionamento da Agência das Bacias PCJ com seus *stakeholders* são garantir o aprimoramento da gestão de recursos hídricos por meio do modelo participativo, a prestação de contas de forma transparente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

São eles: órgãos de Governo – estadual, municipal e federal -, Ministério Público, órgãos de controle externo, sociedade civil, usuários de recursos hídricos, Comitês PCJ, colaboradores, fornecedores, produtores rurais e prestadores de serviço, mídia, outros entes dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos e demais parceiros.

O produtor rural, por exemplo, é um ator fundamental para a manutenção e a ampliação das fontes de água nas Bacias PCJ. Ao adotar boas práticas agropecuárias e de manejo sustentável dos recursos naturais, contribui para garantir a disponibilidade de recursos hídricos para suas próprias necessidades e também para a sustentabilidade hídrica.

(GRI 2-29)

"As boas parcerias que um produtor rural tem para cumprir sua missão no campo são impulsos importantes para mitigar os efeitos dos danos ambientais pelos quais sofre nosso planeta. Quando esse mesmo produtor preserva e incrementa a biodiversidade local, toda a população ganha água mais limpa, ar puro, alimentos saudáveis e gera muito mais vida. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), do qual também somos beneficiários aqui em Piracaia, tem o apoio da Agência das Bacias do PCJ e é uma ação que esperamos ser impulsionada com o Plano Municipal de Saneamento Rural e a Unidade Coordenadora de Execução (UCE)."



Dercílio Aristeu Pupin
Produtor rural beneficiário do Programa Produtor de Água (ANA) em Piracaia/SP

Educação ambiental para a gestão dos recursos hídricos

Tipo de capacitação	Descrição	Quantidade realizada	Participantes[1]	Representantes capacitados[2]
Cursos externos	Certificados emitidos	19	-	19
Eventos realizados no âmbito dos Comitês PCJ	Eventos promovidos pelas CTs	1	513	193
	Seminário Internacional Comitês PCJ 30 Anos			
Palestras realizadas no âmbitodos Comitês PCJ	Palestras realizadas em reuniões das CTs e dos GTs	44	572	411
Cursos de especialização	Especialização "Gerenciamento de Recursos Hídricos" - FUMEP	24[3]	-	19

Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, 2023.

Visando a ampliar o desenvolvimento de uma compreensão integrada dos recursos hídricos que envolve múltiplos setores da sociedade, desde 2022 a Agência das Bacias PCJ promove apoio técnico à Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ para as contratações de ações relacionadas com capacitações e educação ambiental.

As ações incluem:

- Revisão da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ;
- Análise e organização de minutas de projetos de educação ambiental para a gestão dos recursos hídricos para ser implementado junto a diferentes segmentos da sociedade;
- Discussões sobre a viabilidade de parcerias visando a conceitualização de educadores da rede estadual de ensino;
- Planejamento de capacitações, formal e não formal, envolvendo os membros dos Comitês PCJ;
- Realização de Cursos Técnicos para Operadores de Estações de Tratamento de Água e Esgoto em parceira com o Consórcio Intermunicipal das Bacias PCJ e a Agência Reguladora de Saneamento – ARES PCJ.

Outra ação desenvolvida foi o Projeto de Realidade Virtual, também conhecido como PCJ Virtual, envolvendo mais de 5 mil pessoas, entre adultos e crianças, em 2023.



Exposição do Projeto PCJ Virtual no município de Camanducaia (MG)
Fonte: Acervo da Agência das Bacias PCJ

Oportunidades de relacionamento e engajamento

Comitês PCJ: modelo participativo e colaborativo de fórum, composto por representantes de órgãos de governo (municipal, estadual e federal), usuários de recursos hídricos e sociedade.

Desenvolvimento de políticas: ocorre nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, a exemplo das Políticas de Mananciais, de Monitoramento Hidrológico, de Saúde Ambiental e de Educação Ambiental.

Plano de mídia: direciona a produção de materiais de campanha, com destaque para as mídias sociais, bem como fortalece a comunicação entre os Comitês PCJ e o público externo para ampliar o reconhecimento social e a mobilização em prol da gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ.

Audiências públicas: subsidia a coleta de informações e opinião pública sobre determinados assuntos a exemplo das audiências promovidas para a revisão do Plano das Bacias PCJ e sobre o plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Rio Capivari.

PCJ Virtual: um dos projetos de Educação Ambiental que promove a sensibilização sobre a importância da conservação e proteção dos mananciais.

Redes sociais: são cada vez mais utilizadas para a divulgação de informações e interação com os públicos – posts no Facebook e Instagram, veiculação de vídeos no Youtube, participação em webinários, mesas redondas, programas de rádio e o próprio site da instituição.

Contribuição do colaborador

"O trabalho com as redes sociais é um facilitador no dia a dia para levar informação sobre o que é feito e qual o resultado que estamos tendo nas Bacias PCJ. É um trabalho que conecta pessoas ao nosso propósito."

Stephanie Plats, Publicitária da INK Comunicação, a serviço da Agência das Bacias PCJ e representante da Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional.

2.158 seguidores no **Instagram**, 28,2% a mais do que em 2022, e **572,5 mil impressões*** totais em 2023.

12,33% foi a taxa de **engajamento do Facebook** frente 4% em 2022, com **129,5 mil impressões*** totais em 2023.

**Número de vezes em que o conteúdo foi exibido.*

A3P | PACTO GLOBAL | ODS

Clique nos títulos A3P, Pacto Global e ODS para saber mais sobre cada iniciativa.

Políticas Públicas

Sociedade representada

Por meio de colegiados (como os Comitês PCJ), a comunidade, representada por diversos segmentos do uso da água, passou a opinar e contribuir nas pactuações e tomadas de decisão visando à garantia da água em qualidade e quantidade para todos.

O modelo de gestão de recursos hídricos de forma descentralizada e participativa, adotado após a Constituição Federal de 1988 e após as constituições estaduais no ano seguinte, permitiu a participação de vários atores na gestão das águas de bacias hidrográficas.

Parte importante da relação da Agência das Bacias PCJ com as políticas de recursos hídricos é a de operacionalizar iniciativas voltadas ao planejamento para os municípios das Bacias PCJ e fomentar discussões importantes para o setor, como o combate às perdas e remoção de cargas poluidoras.

(GRI 3-3)

Exemplos práticos

Cobrança pelo uso de recursos hídricos: implementada mediante decisão de um colegiado como o Comitê de Bacia Hidrográfica.

Política de Mananciais PCJ: fornece direcionamento para que os municípios se estruturem para selecionar microbacias prioritárias para os investimentos. O Plano das Bacias PCJ seleciona algumas destas microbacias onde serão organizadas e implementadas as ações ambientais.

As Políticas Estaduais de Recursos Hídricos (Estados de São Paulo e Minas Gerais) e a Política Nacional de Recursos Hídricos representam a concretização de marcos constitucionais dos modelos de gestão participativos.

Contribuição do colaborador

"Como apoio ao funcionamento e atividades de Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, nosso trabalho favorece a ampliação da participação social, transparência das informações e garantia do trabalho realizado."

Vanessa Longato, Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ e representante da Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional.

"A disponibilidade de recursos hídricos é tão diversa no estado de São Paulo quanto o engajamento e participação social em sua gestão. A Agência das Bacias PCJ, com experiência consolidada na condução de processos participativos, pode fortalecer nosso SigRH (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo), atuando em parceria com os demais órgãos gestores para além dos seus muros e fronteiras, como referência para outras regiões. A cooperação no setor de recursos hídricos é fundamental para garantir a sustentabilidade de nossos recursos."



Mara Ramos
Superintendente do Departamento de Água e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE-SP)

Referência para Norma ABNT

Uma das referências para a elaboração da norma ABNT NBR 17080:2023 – Plano de Segurança da Água (PSA) — Princípios e diretrizes para elaboração e implementação, lançada em 2023, foi o Guia Prático para o Desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água, publicado em 2020 pelos Comitês PCJ e pela Agência das Bacias PCJ.

O documento teve participação direta da engenheira sanitarista Roseane Garcia Lopes de Souza, que é a coordenadora da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ e diretora da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-SP). Ela atuou como secretária executiva da Comissão de Estudos de Gestão de Recursos Hídricos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), coordenada pelo professor José Carlos Mierzwa, da Universidade de São Paulo (USP).

Plano Diretor de Macrodrenagem

A elaboração de projetos como o Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari (PDM-BHC) é outro exemplo de atuação em prol das políticas públicas. O Plano Diretor tem como meta entender as causas das inundações nas áreas urbanas da região e propor ações para controlar as cheias a curto, médio e longo prazo. Esse projeto, conduzido por consultoria externa, com o suporte da Agência das Bacias PCJ, possibilitou a definição de diretrizes regionais para orientar futuras elaborações ou revisões dos Planos Diretores Municipais de Drenagem.

Sumário de Conteúdo GRI

Declaração de uso	Fundação Agência das Bacias PCJ relatou as informações citadas neste Sumário de conteúdo da GRI para o período 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, com base nas Normas GRI.
GRI 1 usada	GRI 1: Fundamentos 2021

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS 2021		
Indicador	**Texto correspondente/resposta**	**Razão para omissão**
A organização e suas práticas de relato		
2-1 Detalhes da organização	A Agência das Bacias PCJ	
2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	Somente a Agência das Bacias PCJ (não possui filiais) .	
2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	Publicação anual, referente ao período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, coincidente com o relato financeiro. Ponto de contato: Comissão de Acompanhamento GRI 2023, com ponto focal - Bióloga Kátia Rossi Gotardi Piccin Coordenadora de Gestão katia.gotardi@agencia.baciaspcj.org.br.	
2-4 Reformulações de informações	Não houve.	
2-5 Verificação externa	Não há verificação externa.	
Atividades e trabalhadores		
2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	A Agência das Bacias PCJ Gestão de fornecedores	
2-7 Empregados	Reforço na equipe em 2023	
2-8 Trabalhadores que não são empregados	"Todos os colaboradores da Agência das Bacias PCJ têm as seguintes relações com a entidade: 1) funcionários (concursados e de livre provimento) são contratados por meio do regime CLT,; 2) terceirizados, por meio de contrato de prestação de serviços com empresas (gerenciadoras) para o qual também exige-se a contratação por meio do regime CLT, contrato de trabalho, contrato social etc; e 3) estagiários por meio do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). "	
Governança		
2-9 Estrutura de governança e sua composição	Estrutura de governança e tomada de decisões	
2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	Formação e atribuição dos órgãos	
2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	Em função da natureza jurídica da entidade, não há executivos na estrutura de governança.	
2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	Prestação de contas	
2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	Processos de gestão de impactos estão atrelados à implementação de Gestão de Riscos na Agência das Bacias PCJ.	
2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	Materialidade	
2-15 Conflitos de interesse	Não há processos para averiguar com antecedência as informações apresentadas em reuniões ordinárias dos Conselhos.	
2-16 Comunicação de preocupações cruciais	Quando necessário, são realizadas reuniões extraordinárias dos Comitês PCJ.	
2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Relatório GRI é o documento de fonte.	

2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Não há processo de avaliação implementado.	
2-19 Políticas de remuneração	Conforme Estatudo da entidade, não há remuneração aos conselheiros.	
2-20 Processo para determinação da remuneração	Conforme Estatudo da entidade, não há remuneração aos conselheiros.	
2-21 Proporção da remuneração total anual	Conforme Estatudo da entidade, não há remuneração aos conselheiros.	
Estratégia, políticas e práticas		
2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	Mensagem da Agência das Bacias PCJ Mensagem dos Comitês PCJ	
2-23 Compromissos de política	Sustentabilidade corporativa	
2-24 Incorporação de compromissos de política	Sustentabilidade corporativa	
2-25 Processos para reparar impactos negativos	Plano de Gestão Socioambiental Gestão de recuros hídricos	
2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	Estrutura de Governança e tomada de decisões	
2-27 Conformidade com leis e regulamentos	Em 2023, não houve multas, sanções e casos significativos de não conformidade.	
2-28 Participação em associações	A Agência das Bacias PCJ é membro da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), que congrega pessoas físicas e jurídicas em ações para o avanço da gestão dos Recursos Hídricos, da pesquisa científica e do apoio ao ensino técnico e universitário.	
Engajamento de stakeholders		
2-29 Abordagem para engajamento de stakeholders	Gestão participativa	
2-30 Acordos de negociação coletiva	100% dos empregados são cobertos por acordos de negociação coletiva.	
GRI 3: TEMAS MATERIAIS 2021		
Conteúdos sobre temas materiais		
3-1 Processo de definição de temas materiais	Materialidade	
3-2 Lista de temas materiais	Materialidade	
3-3 Gestão dos temas materiais	O real valor da água Geração de valor nas Bacias PCJ Gestão de fornecedores Ética, integridade e transparência Consumo consciente Água em quantidade e qualidade Política de Mananciais PCJ na prática Reforço na equipe em 2023 Gestão participativa Sociedade representada	
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS		
GRI 201: Desempenho Econômico 2016		
201-1: Valor econômico direto gerado e distribuído	Desempenho econômico em 2023	
201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Mudanças climáticas	
GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos 2016		

GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos 2016		
203-1: Investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	Investimentos	
GRI 204: Práticas de Compra 2016		
204-1: Proporção de gastos com fornecedores locais	Valores estimados x valores contratados em processos licitatórios realizados em 2023	
GRI 205: Combate à Corrupção 2016		
205-2: Comunicação e treinamento sobre políticas e procedimentos sobre anticorrupção	Ética, integridade e transparência	
GRI 301: Materiais 2016	Consumo consciente	
GRI 303: Água e Efluentes 2016	Água em quantidade e qualidade	
GRI 304: Biodiversidade 2016		
304-3: Habitats protegidos ou restaurados	Política de Mananciais PCJ na prática	
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		
308-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Adequações ambientais	
GRI 401: Emprego 2016		
401-1: Novas contratações de colaboradores e turnover	Rotatividade	
401-2: Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial		
GRI 404: Capacitação e Educação 2016		
404-1: Número médio de horas de treinamento por ano por empregado	Capacitações somam mais de 8.600 horas em 2023	
GRI 413: Comunidades Locais 2016	Gestão participativa	
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016		
414-1: Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais	Critérios socioambientais de compras	
GRI 415: Políticas Públicas 2016		
415-1: Contribuições políticas	A Agência das Bacias PCJ não apoia organizações ou partidos referentes a causas politicas.	

Agência das Bacias PCJ

Resumo Interativo

Guia para acesso das informações, exercício 2023, com base no ANEXO II – ESTRUTURA GERAL DO CONTEÚDO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA – Resolução ANA nº 125/2022, que estabelece procedimentos e rotinas para avaliação da prestação de contas anual dos contratos de gestão celebrados entre a ANA e as entidades delegatárias de funções de Agências de Água.

Elementos pré-textuais e apresentação	Apresentação
Visão geral	Mensagem da Agência das Bacias PCJ
	Mensagem dos Comitês PCJ
	Quem somos?
	Onde estamos?
	O que fazemos?
Planejamento organizacional e resultados Execução do Plano de Aplicação Plurianual (PAP PCJ) e outros	Materiais
	Práticas de compras
	Desempenho econômico
	Impactos Econômicos indiretos
	Água, efluente e resíduos
Governança, gestão de riscos e controles internos	Governança corporativa
	Sustentabilidade corporativa
Áreas especiais da gestão	Gestão e estratégia
Relacionamento com a sociedade	Comunidades Locais
Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro	Desempenho econômico
	Impactos econômicos indiretos
Outras informações relevantes da gestão	Ética e integridade

